

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GEOGRAFIA

**IMPACTOS DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA NA CRIMINALIDADE EM MINAS
GERAIS**

MÔNICA MARA DE OLIVEIRA

JUIZ DE FORA
2019

MÔNICA MARA DE OLIVEIRA

IMPACTOS DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA NA CRIMINALIDADE EM MINAS
GERAIS

Monografia apresentada ao Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr.: Wagner Barbosa Batella

JUIZ DE FORA
2019

MÔNICA MARA DE OLIVEIRA

IMPACTOS DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA NA CRIMINALIDADE EM MINAS
GERAIS

Monografia apresentada ao Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wagner Barbosa Batella (Orientador)
Departamento de Geociências – UFJF

Prof. Dr. Lucas Magno
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – IF Sudeste MG

Prof. Me. Patrick Calvano Kuchler
Departamento de Geociências – UFJF

Conceito obtido: _____

Aprovado em: _____ de _____ de 2019.

*Dedico este trabalho aos meus pais pelo apoio
e incentivo à minha formação.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, fé, saúde e força para superar as adversidades e concluir este trabalho;

Agradeço a minha mãe Vera, por seu amor, dedicação e incentivo nos momentos de indecisões e angústias e por sempre estar presente;

Agradeço ao meu pai Sebastião, pelo carinho, amor e companheirismo ao longo de toda a minha trajetória acadêmica;

A minha avó Ormezinda (*In Memoriam*), por ter sido a minha maior incentivadora;

A minha avó Lourdes pela simplicidade e ensinamentos diários;

Ao meu irmão Max e a todos os demais familiares por sempre estarem presentes e vibrarem por cada nova conquista;

Agradeço a todos os professores que contribuíram para a minha formação, em especial ao meu Orientador Wagner Batella, pela ajuda e paciência na elaboração deste trabalho;

E por fim agradeço a todos os amigos pelos conselhos, carinho e palavras de incentivo.

RESUMO

A violência está presente nas interações humanas desde os primórdios e ao longo do tempo foi se ajustando às mudanças sociais e culturais de cada sociedade. Em Minas Gerais, a violência se intensificou a partir dos processos gerados pelo fenômeno da urbanização, que surgiu dotado de paradoxos e desigualdades sociais e econômicas. Esta monografia traz a discussão acerca da influência da dinâmica demográfica nas condicionantes da criminalidade em Minas Gerais, tirando o foco dos criminosos e direcionando-os para os delitos e sua disposição espacial. Utilizando-se da análise bibliográfica e da interpretação de dados quantitativos que versam sobre a espacialidade dos crimes em Minas Gerais, verificou-se que estes se associam fortemente aos grandes e médios centros urbanos que são locais onde há uma maior densidade populacional e concentração de riquezas, o que acabam por criar oportunidades para a ocorrência de crimes violentos contra o patrimônio em detrimento dos crimes violentos contra a pessoa.

Palavras-chave: Violência; Condicionantes da Criminalidade; Dinâmica Demográfica.

ABSTRACT

The Violence has been present in human interactions since the earliest times and over time the social and cultural changes of each society have been readjusted. In Minas Gerais, violence intensified from the processes generated by the phenomenon of urbanization that emerged endowed with social and economic paradoxes and inequalities. This monograph brings the discussion about the influence of demographic dynamics on the determinants of crime in Minas Gerais, taking the focus of the criminals and directing them to the crimes and their spatial disposition. Using bibliographical analysis and the interpretation of quantitative data on the spatiality of crimes in Minas Gerais, it was verified that these are strongly associated with the large and medium urban centers that are places where there is a greater population density and concentration of wealth, which end up creating opportunities for the occurrence of violent crimes against the patrimony to the detriment of the violent crimes against the person.

Keywords: Violence; Conditions of Crime; Demographic Dynamics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DCCV - Divisão de Crimes Contra a Vida

FJP - Fundação João Pinheiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA – Instituto de Pesquisas Aplicadas

NESP - Núcleo de Estudos em Segurança Pública

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PCMG - Polícia Civil de Minas Gerais

PMMG- Polícia Militar de Minas Gerais

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

REDS - Registro de Eventos de Defesa Social

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SEDS - Secretaria de Estado de Defesa Social

SIDS - Sistema Integrado de Defesa Social

UF – Unidade da Federação

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 População das Regiões Brasileiras nos Censos Demográficos por Situação de Domicílio	27
TABELA 2 População Total por Gênero, Rural/Urba - Minas Gerais.....	31
TABELA 3 Evolução dos componentes do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Minas Gerais.....	40
TABELA 4 Estrutura Etária da População de Minas Gerais (2000-2010).....	41
TABELA 5 Percentual populacional e contribuição estadual para o PIB de Minas Gerais por mesorregião.....	45
TABELA 6 Renda, Pobreza e Desigualdade em Minas Gerais	46
TABELA 7 Evolução do número de crimes violentos registrados em Minas Gerais no triênio 2008-2010	47

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1: Distribuição populacional por sexo, segundo os grupos de idade de Minas Gerais (2010).....	42
Gráfico 1: Taxa de desocupação por raça/cor e grau de instrução – Brasil e Minas Gerais.....	46
Figura 2: Taxa média de crime violento por 100 mil habitantes Minas Gerais	48
Figura 3: Taxa média de crime violento contra a pessoa em Minas Gerais por 100 mil habitantes	49
Figura 4: Taxa média de crime violento contra o patrimônio em Minas Gerais por 100 mil habitantes.....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A VIOLÊNCIA E SUA SIGNIFICÂNCIA NO ESPAÇO URBANO.....	16
1.1. As interfaces da violência e a relação estabelecida com o espaço urbano.....	16
1.2. Violência e criminalidade no espaço urbano.....	19
2. A DINÂMICA DEMOGRÁFICA E A VIOLÊNCIA EM MINAS GERAIS.....	26
2.1. Principais aspectos da dinâmica demográfica no contexto urbano.....	26
2.2. Migração como condicionante da criminalidade.....	33
3. DESENVOLVIMENTO HUMANO E CRIMINALIDADE.....	39
3.1. Aspectos do desenvolvimento humano de Minas Gerais	39
3.2. A criminalidade violenta em Minas Gerais.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

INTRODUÇÃO

A violência sempre esteve atrelada ao processo evolutivo do ser humano e de certa forma vem acompanhando os padrões sócio culturais da sociedade ao longo do tempo. Conseqüentemente, essas relações vão se pautando de acordo com os padrões que cada sociedade apresenta, e por isso as ações violentas assumem diferentes significados e impactos espaciais. Nos últimos anos assuntos referentes à violência e aumento da criminalidade estão fortemente presentes no cotidiano da população, sendo um dos principais problemas sociais da atualidade; por conta disso, a violência permeia nossas discussões e ações, demarcando posições e moldando o comportamento da sociedade diante de seus malefícios (BEATO, 1998; BUORO et. al., 1999).

A violência adquire diferentes nuances em sua manifestação e por conta disso, a inquietude de compreender tal fenômeno se tornou alvo de estudos e pesquisas de diversas áreas da ciência, tais como a Sociologia, Psicologia, Economia e a Geografia - mais precisamente a Geografia do Crime - que vem se revelando uma forte aliada nos estudos que buscam compreender os engendramentos acerca da violência em nossa sociedade; isso se dá devido à variedade de abordagens teórico-metodológicas que a Geografia do Crime nos propõe e por sua pluralidade instrumental na hora de analisar fatores sociais, espaciais e econômicos associados aos crimes (BUORO et. al., 1999; BATELLA, 2008).

O crime e a violência têm causado prejuízos principalmente quando nos referimos ao desenvolvimento econômico e social dos países e esta inquietação quanto à criminalidade é totalmente justificável, uma vez que, após a década 1980 as taxas de crimes de países em desenvolvimento mais que dobraram nas áreas urbanizadas (GOMES et. al., 2017).

Com a urbanização e conseqüente modernização das cidades emergem os desníveis socioeconômicos que impactam diretamente no funcionamento dos centros urbanos. A sociedade passou a se organizar pelas relações de trabalho, e com isso toda e qualquer ruptura com essa relação de formalidade empregatícia é vista como algo pejorativo, criando um abismo social. Assim, os desempregados são vistos de forma inferior dada as suas condições de vida e moradia. Os mais pobres passam a ser julgados como perigosos e, portanto, os atos de violência são diretamente associados a este grupo específico de indivíduos, subjugados por sua relação com o trabalho; com isso emergem uma série de fatores que promovem a ruptura

da coesão social, exacerbando as grandes desigualdades sociais e econômicas dos grandes centros urbanos (VERSIANI, 1990; BEATO, 1998; BUORO et. al., 1999).

Assim a violência passou a demandar grandes esforços sendo alvo constante de intervenções do Estado para sua contenção; gerando altos custos que extrapolam o viés puramente econômico, tanto para o governo como para a sociedade em geral. Além dos danos materiais as vítimas estão expostas a custos psicológicos além de outras avarias como a redução na qualidade de vida, perda de bens e produtos além da redução do bem estar e perda da coesão social (BEATO, 1998; GOMES et. al., 2017).

No contexto brasileiro não é diferente principalmente na atualidade, onde o processo de urbanização e modernização das cidades, especialmente a partir dos anos 1950, acabou por atrair um enorme contingente populacional para as cidades. Essa movimentação em direção aos grandes centros se relaciona com a busca por oportunidades de trabalho e melhores condições de vida, e se tornou cada vez mais intensa a medida em que se iniciou a transição entre campo e cidade; e posteriormente em momentos de rupturas como, por exemplo, em períodos de crise financeira, onde é intensa a migração para a metrópole em busca de melhores condições de vida (BEATO, 1998; BUORO et. al., 1999; VELHO, 2000).

E Minas Gerais não diverge do padrão nacional, onde o adensamento populacional nos centros urbanos exacerbaram as grandes disparidades em relação aos índices sociais e econômicos promovendo um alto número de crimes. Essas disparidades exteriorizam as condições de desigualdade de renda e infraestrutura presente nas cidades, que vão impactar diretamente no crescente número de crimes violentos contra o patrimônio nos centros urbanos mineiros (BATELLA, 2008).

Fatos como esse trazem a reflexão acerca da importância do estudo das diferentes condicionantes da violência dado o crescente número de atos criminosos em Minas Gerais. Assim, Beato (1998) aponta para a necessidade de mover o foco de tal análise dos criminosos direcionando-a para os delitos; de tal modo, será possível identificar em que contexto sócio espacial esses crimes ocorrem evitando associar a violência a determinados grupos de indivíduos.

Partindo deste pressuposto, busca-se com este trabalho trazer a discussão de algumas das variáveis que levam os atos criminosos a se manifestarem de forma tão evidente nos

grandes e médios centros urbanos, buscando entender qual a influência exercida pela dinâmica demográfica sob a criminalidade no estado de Minas Gerais.

O presente estudo se justifica pela deficiência de informações qualitativas e quantitativas, acerca da influência da violência na mudança dos padrões sociais e pelas diferentes formas e características que o ato violento assume no espaço urbano. A importância da temática aumenta à medida que as desigualdades sociais e regionais no estado de Minas Gerais ainda são elevadas, mostrando a heterogeneidade do Estado frente a criminalidade, revelando a necessidade de estudos acerca das condições de incidência para determinados tipos de crimes.

Esta monografia objetiva compreender o aspecto multifacetado da violência por meio da discussão e análise dos fatores demográficos e socioeconômicos condicionantes da criminalidade, bem como sua significância nos centros urbanos mineiros.

No primeiro capítulo busca-se analisar a violência e sua significância espacial, com o intuito de caracterizar como a criminalidade violenta se manifesta de maneiras tão semelhantes e ao mesmo tempo tão contraditórias no espaço urbano. No segundo capítulo é explorada a relação existente entre violência e dinâmica demográfica, principalmente nas heranças deixadas pelo processo de expansão e urbanização dos grandes e médios centros urbanos de Minas Gerais; além de investigar as características dos processos migratórios como condicionante dos crimes no estado; e por fim é trazida discussão acerca da relação entre desenvolvimento humano e a criminalidade violenta em Minas Gerais. Para isso, a questão da criminalidade será abordada com foco no contexto das relações sociais e econômicas existentes entre as variáveis demográficas e a incidência de crimes e suas diferentes manifestações nos centros urbanos mineiros.

Metodologicamente este estudo prioriza a pesquisa bibliográfica qualitativa acerca dos estudos e dados que versam sobre a temática das condicionantes dos crimes em Minas Gerais, principalmente aqueles voltados para os aspectos sociais e econômicos do estado. Com o auxílio de pesquisas bibliográficas acerca do processo de formação do estado, dados estatísticos obtidos por meio do Censo Demográfico do IBGE (2010), dos dados do Atlas de Desenvolvimento de Minas Gerais - PNUD e Fundação João Pinheiro, será possível traçar um panorama sobre como os crimes se relacionam ao saldo migratório.

Para a análise dos crimes praticados em Minas Gerais serão utilizados dados do Anuário de Informações Criminais do IPEA para o ano de 2010, além de dados relativos das taxas de crimes violentos mais frequentes em conjunto com os registros de boletins de ocorrência do Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS); com a análise dos crimes registrados pela PMMG para embasar a discussão dos crimes mais praticados nos grandes e médios centros urbanos do estado.

E por fim para a discussão da relação entre desenvolvimento humano e criminalidade serão analisados dados relativos à dinâmica social e econômica nos grandes e médios centros urbanos de Minas Gerais. Com a análise comparativa de dados estatísticos do Atlas do desenvolvimento Humano, Fundação João Pinheiro e IBGE será possível traçar um diagnóstico dos índices de estrutura populacional, renda, trabalho e educação. Com a investigação e associação de tais fatores será possível compreender as relações existentes entre as taxas de criminalidade e suas variações e diferentes manifestações no espaço urbano que se dão sob influência de questões econômicas e estruturais.

1. A VIOLÊNCIA E SUA SIGNIFICÂNCIA NO ESPAÇO URBANO

1.1. As interfaces da violência e a relação estabelecida com o espaço urbano

A violência e os conflitos derivados de sua manifestação sempre estiveram presentes nas relações humanas, desde as sociedades mais primitivas até a contemporânea. Neste sentido a violência sempre esteve intrínseca ao processo evolutivo do ser humano e assim como destaca Buoro et. al., (1999), vem acompanhando os padrões sociais e culturais de cada sociedade. Consequentemente, a relação entre a concepção do que é violento e do ato em si, se constrói através de padrões que cada sociedade apresenta e por isso, cada ato violento assumirá diferente significância ao longo do tempo.

Para iniciar a discussão é preciso compreender que o conceito de violência passou por intensas modificações e muitas delas se dão pela multiplicidade de fatores e ações associadas ao seu contexto. Assim a definição de violência foi se tornando cada vez mais ampla e conferindo para si cada vez mais significados.

A partir dessa complexidade de fatores atribuídos ao seu contexto e dos diferentes tipos de manifestações que acometem tal terminologia, emerge a dificuldade em definir o termo violência. Se num primeiro momento a violência era estritamente ligada às ações físicas não levando em consideração aspectos psicológicos, moral, patrimonial e cultural (BUORO et. al., 1999); na contemporaneidade abarcaram-se os aspectos antes ignorados e a definição de violência passou a ser considerada como a utilização da força física ou poder sob intimidação contra si ou contra outra pessoa, grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em dor, morte, dano psicológico, ou privação de algo associado à intencionalidade ou com a concretização do ato. As consequentes condições de reações violentas são resultantes de atitudes, ações ou de contextos sociais e econômicos, políticos e culturais ao qual o indivíduo está sujeito na sociedade (DAHLBERG; KRUG, 2007; BUORO et. al., 1999; OMS, 2002).

Neste contexto surge outra questão que se refere à classificação da violência, que novamente pode ser considerada um efeito da complexidade de sua definição, pois, cada

classificação se comprometerá em atender uma finalidade e geralmente se encontra fortemente relacionada à conveniência de sua utilização;

Como exemplo, apresenta-se a classificação proposta por Londoño e Guerrero (2000), construída segundo quatro aspectos. O primeiro refere-se à pessoa que sofre o ato violento, como exemplos têm-se a violência contra a mulher, contra os idosos, contra o menor, etc. O segundo diz respeito à variação da natureza da agressão: física, sociológica, sexual, etc. Outro aspecto da classificação refere-se ao motivo que incita a violência, podendo ser político, racial, religioso, etc. A última categoria é determinada pelo local onde a violência é cometida, classificando-se em doméstica, urbana, rural, dentre outras. (GUERREIRO, 2000 *apud* BATELLA, 2008, p. 26).

Assim é possível perceber que existem várias formas de avaliar a violência nas suas diferentes manifestações e espaços; neste sentido a ambiguidade do termo compactua para atender a diferentes objetivos e análises (BATELLA, 2008). Fatores como desigualdades sociais, segregação espacial, discriminação, miséria e etc., denotam a importância da reflexão acerca dos impactos da violência urbana, sobretudo nas relações estabelecidas entre sociedade e violência principalmente no espaço urbano que é o lugar aonde a maioria dos atos violentos irão se concretizar.

O espaço urbano atenua a violência, especialmente para aqueles que são diretamente impactados por ela; desta forma ao longo do tempo a sociedade desenvolveu um forte mecanismo de repressão diante de atos violentos, o que provocou mudanças no entendimento e na aceitação da violência em si.

A partir desta percepção negativa as pessoas passaram a não tolerar atitudes violentas para a resolução de problemas e com isso, um senso de autocontenção se instaurou na sociedade como um todo. Os indivíduos passaram a ter uma relação de distanciamento de tudo àquilo que é violento e a partir disso surgiram às mudanças nas formas de controle social. O Estado assumiu o papel de agente regulador das leis e legislações no controle de ações para coibir a violência; logo tudo aquilo que era tido como incivilizado ou que transgredisse as leis passou a ser considerado crime (BUORO et. al., 1999).

O Estado passou a intervir na resolução de conflitos e conseqüentemente sob os atos violentos, o que sucedeu na criminalização de determinadas atividades como os roubos e assassinatos. Um fato interessante surgiu neste processo de modificação social da percepção do ato violento; nunca na sociedade houveram tantos aparatos e agentes para conter e punir a violência como hoje; mas em contrapartida, apesar de tantas intervenções as cidades parecem

muito mais violentas do que antes (BUORO et. al., 1999). Isso acontece devido ao processo de hegemonia da metrópole e consequentemente da urbanização, fazendo com que o seu constante desenvolvimento não pudesse ser dissociado da violência contra o território e contra seus habitantes.

Assim é possível perceber como destacado por Buoro et. al., (1999), que a partir do temor da violência as metrópoles se moldaram em espaços totalmente defensivos, onde grades e muros fazem parte da paisagem e do cotidiano da população. O distanciamento daquilo que é violento acaba por promover uma busca incessante por segurança, e é neste contexto protetivo que surge o afastamento do outro e de tudo aquilo que é diferente e foge aos modelos pré-estabelecidos, abrindo prerrogativas para pré-julgamentos em relação à parte excluída desses grandes centros urbanos marcados pela segregação.

Nesse contexto o crime apresenta como característica a impessoalidade das relações urbanas, denotando um severo distanciamento e de certa forma um afrouxamento das estruturas de controle social, deste modo é possível afirmar que:

O desenvolvimento das ideologias individualistas está associado, entre outros fenômenos, à urbanização da sociedade, entendida não só como o crescimento físico das cidades, mas também como a difusão de valores ligados ao meio urbano. Na realidade, os individualismos aparecem como dimensão fundamental de uma cultura urbana, expressão de uma sociedade em que o florescimento do comércio, a expansão marítima, a diversificação de atividades e ocupações desde, pelo menos, o final da Idade Média, marcam um processo de mudança acelerado em relação às estruturas tradicionais do feudalismo europeu. (VELHO, 2000, p. 18).

Neste sentido, os atos violentos praticados por uma parcela da sociedade seria um reflexo da violência da urbanização e de todos os processos de fragmentação e desigualdades ao qual está sujeito o espaço urbano. Assim, "a violência separa os homens, mas paradoxalmente os une no medo que inspira" (PEDRAZZINI, 2006, p.55).

A exposição recorrente aos crimes e atos violentos tomou grandes proporções, tornando o combate a criminalidade pauta constante de ações governamentais. Além disso, a violência passou a ser um assunto amplamente explorado na mídia, estando facilmente acessível à população; que em contrapartida tem a sensação de que a violência é muito maior do que ela realmente é. Esse exibicionismo, além de promover incessantemente os índices de criminalidade, foca principalmente nos roubos seguidos de crimes violentos, alarmando a população, propagando medo e insegurança.

A partir da disseminação da insegurança e do medo da violência molda-se o comportamento e hábitos da população, que diante desta nova realidade acaba se programando para viver em ambientes cada vez mais gradeados, cercados e isolados; tentando evitar a todo custo serem vítimas de algum tipo de crime. Os números expressivos de crimes passam a ser um reflexo de como a violência tomou conta não só dos veículos de comunicação, mas também dos grandes e médios centros urbanos (ECKERT, 2002; PASTANA, 2005). De acordo com Bauman (2009, p. 16) é importante ressaltar que:

[...] a insegurança moderna, em suas várias manifestações, é caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos. Suspeitamos dos outros e de suas intenções, nos recusamos a confiar (ou não conseguimos fazê-lo) na constância e na regularidade da solidariedade humana.

1.2. Violência e criminalidade no espaço urbano

A violência e a criminalidade têm suas concepções associadas a fatores sociais e econômicos como a privação de oportunidades, desigualdade social e marginalização; o que acabam por funcionar como propulsores para o comportamento criminoso.

Sendo assim, é importante salientar que a modernidade não se pauta apenas pelo avanço nos modos de produção, mas também pelo modo como a sociedade se relaciona com esses meios, que irá diferenciar e demarcar as posições de cada parcela da sociedade dentro da metrópole. Buoro et. al., (1999) destacam que essa organização se molda pela relação estabelecida com o dinheiro e consequentemente pelo trabalho, ou seja, um indivíduo sem emprego é tido como “vagabundo”, portanto, mais suscetível a cometer algum tipo de crime.

Apesar de o direito ao trabalho estar garantido pela Constituição, a maioria da população brasileira, segundo estatísticas recentes, sobrevive do trabalho informal em todas as regiões do país, inclusive em São Paulo, onde há alguns anos, a grande maioria dos trabalhadores tinha emprego regular de carteira assinada. Assim, se continuarmos insistindo na associação entre ausência de trabalho regular e incidência de criminalidade seremos obrigados a considerar criminosas ou suspeitas parcelas cada vez maiores da população. (BUORO, et. al., 1999, p. 38).

Na atualidade é perceptível que a violência passou a ser atribuída a determinado grupo de pessoas e que a pobreza se tornou o principal fator associado aos crimes. Neste contexto é

importante ressaltar que a violência vai ser toda e qualquer atitude atribuída do o uso de força contra si ou contra outrem, com o intuito de causar agravos físicos, morais e ou psicológicos e que esta faz parte da formação sociocultural de nossa sociedade (BUORO et. al., 1999; PEDRAZZINI, 2006).

Já os crimes podem ser tidos como todo e qualquer tipo de transgressão das leis impostas pelo Estado; onde para cada infração serão impostas punições a fim de enfrentar as implicações do problema da violência. Sobre os tipos de crime, o Código Penal Brasileiro categorizou 11 classificações: crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio, crimes contra a propriedade imaterial, crimes contra a organização do trabalho, crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos, crimes contra os costumes, crimes contra a família, crimes contra a incolumidade pública, crimes contra a paz pública, crimes contra a fé pública e crimes contra a administração pública (BRASIL, 1999 *apud* BATELLA, 2008).

Sendo assim, o crime pode ser encarado como a violência reprimida pela lei, sendo este um dos desdobramentos dessa tão imbricada relação de violência intrínseca na sociedade humana (AMARAL, 1997).

Os crimes são cometidos com o intuito de se obter algo, com isso delega-se a violência a determinados parcelas da população. Esse fato assume importante relevância para que a violência não seja analisada apenas através dos crimes; é preciso compreender o que há por trás desses atos criminosos para que ações efetivas sejam tomadas e não apenas medidas compensatórias para os crimes.

Esse distanciamento da população denota uma série de pré-conceitos relativos à criminalidade, principalmente aqueles que associam pobreza, violência e crime. Beato (1998) afirma que a explicação para o crime não está associada à pobreza, mas sim à riqueza. Fatores como a concentração de renda e de pessoas, aliado ao anonimato característico dos centros urbanos corroboram como atrativos para crimes contra o patrimônio, principalmente aqueles associados a furtos e roubos (BUORO et. al., 1999; VELHO, 2000; PEDRAZZINI, 2006; BATELLA, 2008).

É preciso entender como o processo de organização das sociedades propicia essa diferença de significância dos crimes de acordo com o local de incidência, sendo de suma importância avaliar e compreender as condicionantes dos crimes com cautela para desmitificar e coibir qualquer tipo de associação exacerbada.

Neste sentido Batella e Diniz (2010) apontam que as condicionantes da criminalidade se ressignificam espacialmente assumindo caráter diferenciado de acordo com o lugar ao qual está inserida; neste contexto a contribuição geográfica se faz presente, pois ressalta a importância de se analisar criticamente a distribuição dos crimes nos espaços urbanos, uma vez que a violência carrega forte componente espacial e se faz evidente através da identificação de padrões característicos em sua classificação. A partir destas constatações é importante ressaltar que:

Neste tema talvez o único determinismo plausível seja o fato de que o crime é produção sociocultural, ou seja, seus elementos condicionantes têm esta etiologia. Com efeito, o comportamento agressivo gerador da criminalidade deriva de fatores inerentes à personalidade e de fatores situacionais, tais como: frustrações, influência de modelos agressivos, o efeito modelador da permissividade, sobretudo nos meios de comunicação e na família, o relativismo moral e o declínio da normatividade íntima (independente de juízos valorativos) da religião, tudo isso se não é determinante, por certo, é fortemente condicionante (AMARAL, 1997, p. 182).

Desta forma as condicionantes dos crimes irão apresentar diferentes significados de acordo com o contexto ao qual estão submetidas, sendo uma tarefa árdua mensurar os fatores que levam um indivíduo a cometer um crime. Desta forma ao abarcar as questões espaciais, principalmente aquelas relacionadas à estrutura urbana, desloca-se o foco da discussão do criminoso para o delito (BEATO, 1998).

Neste sentido é importante trazer a teoria da oportunidade do crime, que se refere à alta concentração de crimes contra o patrimônio nos locais mais desenvolvidos, tornando-os mais propícios para a incidência desta modalidade criminal principalmente pela concentração de riqueza que corrobora para o maior número de motivações para o crime e o enfraquecimento dos mecanismos de controle social (BEATO, 1998; BATELLA, 2008).

Com base nesta teoria Beato (1998) propõe que se faça uma análise mais aprofundada acerca dos processos de tomada de decisão por parte dos criminosos, principalmente no que se refere à seleção de lugares e alvos viáveis para a prática de determinados tipos de crimes; esta seria a forma mais apropriada para demonstrar os componentes racionais da atividade criminosa; além disso, ao analisar os delitos por esse viés, propõem-se um enfoque nas condições de incidência dos tipos de crime e na escolha dos locais e alvos acometidos por tais ações (BEATO, 1998; BATELLA, 2008).

Assim, a resolução dos crimes se daria pelas suas causas orientando-se por padrões espaço temporais, o que abriria precedentes para a previsão de incidência de determinados tipos de delitos, dada a observância de seus padrões espaciais. Essa análise auxiliaria na criação de políticas públicas e assistencialistas para o controle da criminalidade, através da identificação dos problemas no contexto específico em que ocorrem (SHERMAN, 1997 *apud* BEATO, 1998).

Portanto, compreender as condicionantes se mostra importante pois revela que os crimes não acontecem de forma aleatória no espaço, sendo de suma importância analisar os índices de estrutura populacional emprego e renda. Os fatores mais estudados como condicionantes da criminalidade de acordo com Batella e Diniz (2010) são:

- Desenvolvimento humano: vai abordar as relações entre desenvolvimento humano e criminalidade levando em consideração o desenvolvimento das cidades, onde o contexto espacial denota um elevado desenvolvimento interferindo diretamente na atração de um número cada vez maior de pessoas em busca de novas oportunidades de crescimento profissional, movimentando a dinâmica demográfica que passa a ser um dos elementos estruturais mais importantes da nossa sociedade;
- Outra condicionante se refere à riqueza; passa-se a dissociar a violência da pobreza, correlacionando os crimes a locais mais prósperos onde há maior circulação de dinheiro influenciando diretamente na conveniência para ação criminosas;
- A desigualdade de renda: evidencia a fragmentação socioeconômica e denota as desigualdades sociais características dos grandes centros urbanos;
- Infraestrutura: as condições territoriais influenciam a organização do território, promovendo o afastamento e a exclusão dos mais pobres;
- Educação: os anos de estudo, aliado a uma maior capacitação do indivíduo, passa a ser um pré-requisito para a ascensão profissional, influenciando na diretamente na renda;
- Estrutura populacional: devido à elevada densidade populacional nos grandes centros um dos fatores facilitadores de crimes em ambientes urbanos é o anonimato, há um intenso fluxo de pessoas nesses grandes centros, o que facilita que os criminosos se misturem no meio da multidão;
- Imigração: desilusão ao não alcançar os resultados almejado ao imigrar para grandes centros, despreparo ou falta de instrução além das privações de moradia, emprego e dinheiro, associam diretamente o crime ao saldo migratório.

Diante disso, denota-se o caráter adaptável do crime; onde o grau de desenvolvimento econômico e o lugar definirá qual o tipo de ação criminosa ocorrerá nesta ou naquela localidade; neste contexto os crimes nos grandes centros urbanos obedecem à lógica do capital se modificando de acordo com contexto ao qual se encontram inseridos (BEATO, 1998).

Neste quesito os centros urbanos apresentam um elevado grau de disparidades econômicas e sociais muito por conta da heterogeneidade presente nesses espaços. Os crimes se tornaram um problema generalizado não sendo um fato específico do Brasil, mas da sociedade contemporânea como um todo. Pedrazzini (2006) atenta para o fato de que a violência da globalização e da urbanização são frutos da própria globalização; esse apontamento feito pelo autor traz à luz a questão da fragmentação do espaço como lugar de conflitos e interesses políticos.

Devemos suspeitar das análises que distinguem a violência política, cujo fundamento seria legítimo, da violência social, muitas vezes associada à pequena criminalidade que seria legítima. A violência revolucionária não se dissocia da violência da miséria. Não cabe, portanto, depreciar a violência dos ladrões ou dos meninos de rua, pois ela contém o mesmo potencial de transformação das guerras mundiais, das revoluções de outubro e das lutas étnicas (PEDRAZZINI, 2006, p. 71).

É preciso analisar as situações que levam o indivíduo a se tornar um criminoso se atentando para suas particularidades; pois, se tal análise for feita de maneira generalista acaba por atribuir a violência a um só segmento da sociedade, o que na prática não extinguirá a violência.

Os crimes são mais expressivos nos centros urbanos, porém é importante salientar que não é exclusividade desses espaços; os tipos de crimes se diferem no que tange aos delitos praticados em áreas urbanas e rurais e o seu progresso é característico dos grandes centros ao passo que em cidades menores o seu avanço é pouco acentuado; desta maneira é importante destacar que as condições de urbanização das cidades também são um fator de suma importância quando tratamos das condicionantes da criminalidade no espaço urbano. (BEATO, 1998; PEDRAZZINI, 2006; BATELLA, 2008).

Beato (1998), a partir seu estudo das Determinantes da Criminalidade em Minas Gerais, aponta que dada à heterogeneidade do estado e as diferentes relações estabelecidas nos centros urbanos é importante que se leve em conta a ideia central que influencia na

tomada de decisão para a efetivação do ato criminoso em si; como a escolha de alvos em diferentes contextos. Assim vale ressaltar que nos municípios onde há elevado grau de desenvolvimento econômico concentra-se uma taxa mediana maior de crimes associados ao patrimônio, tais como roubo e roubo à mão armada, além disso, a categorização dos crimes pode ser determinada pelo local onde este é cometido.

Sendo assim, os crimes violentos encontram um ambiente totalmente favorável nos grandes e médios centros urbanos, pois nesses espaços se encontram grande número de comércios varejistas e empresas de diferentes setores; o que torna a metrópole fortemente atrativa para a prática de delitos em decorrência do grande número de oportunidades geradas por estes locais. Cidades mais desenvolvidas são habitadas por pessoas anônimas, transeuntes, e por famílias nucleares, o que diminui as formas tradicionais de controle social (BEATO, 1998, p. 84).

Um fator interessante é que quando se trata dos homicídios o contexto se inverte; sua incidência passa a ser maior em municípios com menor grau de desenvolvimento. De acordo com Beato (1998), esta questão pode ser respondida através das teorias clássicas de criminalidade; onde crimes de sangue são típicos de sociedades tradicionais dos quais valores como honra são relevantes para a manutenção das relações e a intermediação violenta de conflitos é frequente. Assim é possível compreender que os padrões distintos dos homicídios se dão em decorrência do grau de desenvolvimento e da diversidade regional dos locais analisados.

Nas áreas urbanas é importante destacar o caráter específico assumido pela criminalidade; nesses espaços há maior concentração de crimes violentos contra o patrimônio – são aqueles crimes contra os bens e propriedades, como furtos, roubo à mão armada, latrocínio, extorsão e etc. - em contrapartida, nas localidades com menor grau de desenvolvimento os crimes violentos são contra a pessoa e configuram ações como homicídios, estupro, sequestro e cárcere privado (BATELLA, 2008).

O fenômeno da violência e da criminalidade desponta em meio à globalização, onde tal análise se faz necessária diante da relação entre os impactos causados pela dinâmica demográfica. A partir destas constatações é possível perceber o quão complexo é o estudo da violência desde a sua concepção como um conceito até a dualidade de sua relação de proximidade e ao mesmo tempo de afastamento por parte da sociedade.

Discutir essa interação se torna algo de grande importância pois, será através da compreensão da dinâmica social das populações e das relações estabelecidas na cidade que as condicionantes demográficas da criminalidade se fazem presentes; nesta perspectiva é importante analisar o contexto da efetivação dos crimes sempre considerando as particularidades de cada sociedade.

2. A DINÂMICA DEMOGRÁFICA E A VIOLÊNCIA EM MINAS GERAIS

2.1. Principais aspectos da dinâmica demográfica no contexto urbano

Como apresentado anteriormente, a violência é um conceito multivariado que se associa a uma série de fatores que vão interferir diretamente no cotidiano da população especialmente naquelas que vivem nos grandes centros urbanos. Neste contexto é importante investigar como a dinâmica demográfica se interliga com a questão da violência nos centros urbanos de Minas Gerais.

Inicialmente é importante salientar que há uma relação de intensa aproximação entre a dinâmica demográfica e os processos econômicos. De acordo com Carmo e Camargo (2008), a evolução das taxas de mortalidade (número de óbitos em determinada época, país ou região); natalidade (interação estabelecida entre o número de nascidos vivos e o total de população) e fecundidade (potencial reprodutivo de uma sociedade) em termos demográficos denotam que toda e qualquer variação advinda da distribuição espacial e do arranjo de uma população podem ser atribuídas a combinações de variáveis de crescimento vegetativo (associadas ao balanço entre nascimentos e mortes) e migrações (processos de imigração e emigração).

Portanto, o rearranjo dos padrões demográficos ocasionará mudanças significativas destas variáveis, das quais se articulam as transformações estruturais de cada sociedade. Vale ressaltar que em países desenvolvidos houve um avanço significativo nos padrões sociais de desenvolvimento, o que elevou a expectativa de vida e, conseqüentemente, fez com que as taxas de mortalidade declinassem, ocasionando um súbito aumento da população em um curto espaço de tempo (YUNIS, 1971).

Pena (2018) aponta que as mudanças entre as taxas de mortalidade e natalidade foram divididas em quatro estágios principais inicialmente definidos por Warren Thompson (1929) tendo como base a análise revolução industrial e o surgimento da sociedade moderna do consumo;

- Na primeira fase, analisam-se as características referentes ao crescimento das sociedades tradicionais, onde a natalidade e a mortalidade foram altas, ocasionando pouquíssimo avanço demográfico;
- A segunda fase representa o desenvolvimento industrial, econômico e social das populações. Neste estágio ocorre a queda brusca das taxas de mortalidade, ao passo que as taxas de natalidade demoram a cair, ocasionando um alto crescimento populacional. Sendo este o período característico da transição demográfica;
- O desenvolvimento urbano se torna evidente na terceira fase; observa-se a propagação de métodos contraceptivos que influenciam diretamente na queda das taxas de natalidade, o que se relaciona diretamente com a entrada da mulher no mercado de trabalho. A fecundidade cai e o crescimento demográfico se mantém equilibrado;
- E por fim, na quarta fase da transição demográfica, há baixas taxas de natalidade e mortalidade e o crescimento populacional fica próximo de zero.

Neste sentido, é possível perceber que a partir de 1950 o país atingiu a terceira fase, tendo seu perfil demográfico totalmente alterado e dando início ao seu processo de transição demográfica; se antes a sociedade era predominantemente rural e tradicional, na atualidade a sociedade em sua maioria é urbana como demonstra a tabela abaixo:

TABELA 1

População das Regiões Brasileiras nos Censos Demográficos por Situação de Domicílio (%)

	1980		1991		2000		2010		Total%
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
Brasil	67,7	32,3	75,47	24,53	81,23	18,77	84,36	15,64	100
Norte	50,23	49,77	57,83	42,17	69,83	30,17	73,53	26,47	100
Nordeste	50,71	49,29	60,64	39,36	69,04	30,96	73,13	26,87	100
Sudeste	82,83	17,17	88,01	11,99	90,52	9,48	92,95	7,05	100
Sul	62,71	37,29	74,12	25,88	80,94	19,06	84,93	15,07	100
Centro-Oeste	70,68	29,32	81,26	18,74	86,73	13,27	88,8	11,2	100

Fonte: FJP/IBGE (Adaptado de Censo Demográfico, 2010).

Como resultado dessa transição entre campo e cidade houve uma grande concentração de pessoas vivendo nos centros urbanos. Desta forma é relevante trazer a discussão sobre o elevado contingente populacional presente nos grandes e médios centros urbanos, principalmente para o contexto de Minas Gerais. Sendo importante ressaltar que o processo de transição demográfica - que pode ser entendido como a mobilidade das taxas de crescimento e variações populacionais - não se pauta apenas por uma combinação de suas variáveis, mas se trata também de um processo histórico e socialmente construído que assume diferentes características em relação ao tempo e espaço (BRITO, 2008).

Carmo e Camargo (2018) afirmam que é necessário compreender a relação entre os aspectos demográficos e a urbanização, pois, analisando este processo será possível comparar várias realidades diferentes num país tão diverso como o Brasil, proporcionando assim um melhor planejamento para as cidades, buscando integrar as relações estabelecidas com o território e suas relações sociais.

Analisando os diferentes modos de organização do espaço é perceptível o quanto as cidades de uma mesma rede urbana se diferem; não só pelo tamanho de sua população, mas também pela disponibilidade e qualidade dos serviços que oferecem, como escolas, hospitais, bancos, comércio e universidades (MORAIS, 2000; BRITO, 2008).

A rede urbana se estabelece através de processos históricos e conseqüentemente não é algo que emerge ocasionalmente no tempo e no espaço. Na verdade a rede urbana pode ser considerada conseqüência da própria história do desenvolvimento econômico do país; pois é por interferência dela que as elites econômicas e políticas gerenciam o território. No Brasil, a rede urbana assume papel de destaque nos processos socioeconômicos, por conta do progresso da urbanização ocorridos a partir de 1950 (BRITO, 2008).

Deste modo se torna essencial o entendimento do processo de globalização pelo qual a rede urbana também se expandiu (Corrêa, 2006 *apud* Carmo e Camargo, 2018). Assim a rede urbana será um dos elementos mais importantes para o estudo da integração socioeconômica de uma região e suas características serão fundamentais para a compreensão das articulações entre as diversas frações do espaço.

Neste sentido, Berquó (1991) traz uma importante reflexão acerca do tema quando afirma que a dinâmica demográfica é pautada por sua estagnação, ou seja, exige décadas entre o início e a identificação dos efeitos causados pelas mudanças do arranjo populacional. Neste

contexto os fatores associados à dinâmica demográfica demandam a reflexão acerca não só dos fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, mas também da estruturação de uma população em seus componentes principais como renda, sexo e idade que irão influenciar diretamente nos processos econômicos; como por exemplo, o mercado de trabalho e o mercado consumidor (MORAIS, 2000).

Assim o desenvolvimento das cidades atrai um número cada vez maior de pessoas em busca de novas oportunidades de crescimento profissional, deste modo à dinâmica demográfica passa a ser um dos elementos estruturais mais importantes da nossa sociedade (VELHO, 2000; BRITO, 2008).

Neste sentido emerge outro fator condicionante da criminalidade violenta, no que diz respeito ao tamanho populacional das cidades. Os trabalhos que contemplam esta variável tendem a apresentar as grandes cidades como áreas de maiores concentrações criminais, onde a fragmentação do controle social, formal ou informal, funciona como um agravante no surgimento de atividades criminais. Assim, Batella (2008) aponta que o grau de urbanização de determinada localidade deve ser analisado como um fator condicionante para as questões relativas à violência, pobreza, desemprego e etc., onde o aumento das taxas de criminalidade pode ser atribuído ao acelerado crescimento urbano.

Nesta perspectiva é de suma importância avaliar os grandes e médios centros urbanos, pois serão nessas áreas que ocorrerá as maiores concentrações criminais e onde a fragmentação do espaço e o enfraquecimento do controle social, funcionam como uma atenuante para o surgimento de atos criminosos (BATELLA; DINIZ, 2010).

Aliado a urbanização, o desemprego tem seu ápice enquanto elemento urbano tendo como aliada a pobreza, principalmente nas áreas periféricas dos grandes centros urbanos. De acordo com Pochmann (2018), a cidade ao mesmo tempo em que reúne aparatos de infraestrutura e segurança nas áreas centrais, tende afastar a periferia que é por onde se estende a precariedade das condições de vida e trabalho. As cidades no Brasil adotaram a modernidade capitalista que se caracteriza pela forma privatizada, segregada e segmentada da vida urbana, promovendo baixa ou nenhuma relação social contribuindo intensamente para a quebra da coesão social (POCHMANN, 2012).

Por isso é importante que no debate acerca das determinantes da violência urbana seja adotada uma abordagem espacial, pois assim desloca-se o foco do criminoso para o delito.

Além disso, há uma tipologia criminal/espacial, caracterizada pelo predomínio de crimes contra a pessoa nas partes menos afortunadas das cidades, enquanto os crimes contra o patrimônio são maiores nas áreas mais nobres. Há algumas explicações para os diferentes tipos de ocorrência do crime urbano; primeiramente a falta de controle social intrínseca dos grandes centros urbanos que acaba por favorecer a prática criminal, além disso, o adensamento populacional característico dos grandes centros urbanos traz à tona um caráter anônimo, desestruturando os mecanismos de controle social (FELIX, 2002 *apud* DINIZ, 2005).

[...] o adensamento de pessoas nos centros urbanos pode produzir uma maior conscientização da desigualdade social, o que, por consequência, tem o potencial de incitar a prática criminal, que representaria uma resposta para a dissociação entre aspirações materiais e possibilidades reais de realização de boa parte da população. O adensamento populacional permite também a difusão de informações sobre meios legítimos e ilegítimos de aquisição de bens, facilitando a prática criminal (DINIZ, 2005, p. 11).

Diniz (2005), afirma que as taxas de urbanização, migração, e a dinâmica da população podem ser empregadas na definição do nível de coesão social. Logo, quando há a quebra da coesão social emerge a desorganização social dando origem a ambientes hostis e com altas taxas de criminalidade. Assim como no restante do país o adensamento populacional nos grandes e médios centros urbanos de Minas Gerais revela grandes disparidades em relação aos índices sociais e econômicos, onde a pobreza e a riqueza convivem de forma imbricada (BEATO, 1998).

De acordo com os resultados do último Censo Demográfico do IBGE (2010), Minas Gerais conta com uma população de 19.597.330 milhões de habitantes distribuídos ao longo de 586.648,7 Km² com um total de 853 municípios, sendo considerado o segundo maior estado brasileiro em tamanho populacional, ficando atrás apenas do estado de São Paulo, com quase 37,0 milhões habitantes.

Entre 1991 e 2000, a população de Minas Gerais cresceu a uma taxa média anual de 1,43% estando um pouco abaixo da taxa média do país que foi de 1,63% para o mesmo período; Entre os anos de 2000 e 2010, a população mineira cresceu a uma taxa média anual de 0,91% novamente abaixo da média brasileira que foi de 1,17% em igual período. De 1991 a 2000 a taxa de urbanização do Estado que era de 74,87% passou para 82%. Na década seguinte 2000 a 2010 a população urbana total foi de 82,00% para 85,29% como mostra a tabela abaixo;

TABELA 2
População Total por Gênero, Rural/Urbana - Minas Gerais.

População	População (1991)	Total% (1991)	População (2000)	Total% (2000)	População (2010)	Total% (2010)
População residente masculina	7.803.384	49,57	8.851.587	49,47	9.641.877	49,20
População residente feminina	7.939.768	50,43	9.039.907	50,53	9.955.453	50,80
População urbana	11.786.893	74,87	14.671.828	82,00	16.715.216	85,29
População rural	3.956.259	25,13	3.219.666	18,00	2.882.114	14,71
População total	15.743.152	100,00	17.891.494	100,00	19.597.330	100,00

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2013).

Em relação à distribuição espacial da população mineira, Brito e Horta (2002) afirmam que é possível verificar o aumento da participação das regiões mais desenvolvidas do estado ao longo dos últimos trinta anos, com destaque para a região Central que se sobressai pelo volume populacional crescente ao longo dos últimos anos. A divisão do território mineiro adotada oficialmente pelo governo estadual abarca dez Regiões de Planejamento sendo elas: Central Mineira e Metropolitana de Belo Horizonte, Oeste de Minas, Jequitinhonha e Mucuri, Zona da Mata, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Sul de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Rio doce e Campo das Vertentes.

Além disso, é perceptível a desigual distribuição da população no território mineiro, revelando a concentração populacional nas mesorregiões Central, Sul de Minas e Zona da Mata; que juntas concentram grande parte do PIB estadual e quase 60% de toda a população mineira, refletindo diretamente na configuração do espaço urbano de Minas Gerais (BEATO, 1998; BATELLA, 2008).

É importante observar que este não é um fenômeno exclusivo de Minas Gerais; em tese essa tendência pode ser observada em grande parte do conjunto das Regiões Metropolitanas do País e é produto da exclusão social, onde a população pobre é afastada,

sobretudo pelo mercado imobiliário, para a periferia das Capitais e em seguida, para municípios do entorno da Região Metropolitana (BRITO; HORTA, 2002).

Deste modo Minas Gerais apresenta diferentes realidades sociais, regionais e econômicas, assim as desigualdades persistem em grau bastante elevado, evidenciando a heterogeneidade que configura o território mineiro. Apesar de ainda existir uma ideia coletiva acerca da unidade cultural dos mineiros, prova-se que a disparidade cultural, econômica e social entre as regiões do estado sempre foi muito marcante (BEATO, 1998; VASCONCELOS; GOMES, 2012).

Tal configuração levou Beato (1998) a afirmar que os crimes em Minas Gerais são elementos bastante centralizados espacial e temporalmente, principalmente quando consideramos os municípios que apresentam maior relevância no contexto regional, sobretudo aqueles pertencentes à região central mineira que é a mais próspera do Estado (IBGE, 2010), o que nos leva a questionar sobre o quão subordinado o crime está aos locais onde há concentração de riquezas.

[...] a correlação a ser estabelecida para a explicação do crime não é com a pobreza, mas com a riqueza. Isto porque a prosperidade termina por ensejar um incremento nas oportunidades para a ação criminosa, na medida em que fornece alvos viáveis e compensadores, bem como dificulta os mecanismos tradicionais de controle social e vigilância (BEATO, 1998, p. 81).

Deste modo é possível observar que em determinados contextos o grau de desenvolvimento de uma região, município ou localidade irá impactar diretamente nos tipos de crimes, que vão coincidir com as referências de ordem espacial e cultural estruturantes para as preferências que norteiam o ato criminoso em si. Ou seja, casos de estupro e agressões graves são mais típicos de cidades maiores, mas os delitos tipicamente relacionados ao tamanho da cidade são o roubo e o roubo à mão armada (BEATO, 1998).

A vida urbana modifica a escala de interação humana pela redução das distâncias que separam (e possivelmente protegem) as pessoas, aumenta o número de oportunidades criminais numa dada área (se as pessoas roubam bancos é porque é lá que o dinheiro está; então, as cidades têm mais roubos de bancos porque elas têm mais bancos), e modifica as interações entre as pessoas através da disposição física de ruas, prédios e janelas. (WILSON; HERRENSTEIN, 1985 *apud* BEATO, 1998, p. 82).

Em Minas Gerais essa lógica se repete, ao passo que há uma maior concentração de crimes violentos contra o patrimônio em detrimento dos crimes violentos contra a pessoa nos grandes e médios centros urbanos (BATELLA; DINIZ, 2010).

Atualmente os processos que envolvem a análise da urbanização são aqueles com foco nos desdobramentos gerados pelo crescimento desordenado como pobreza, violência, poluição, diminuição da qualidade de vida e etc. Devido as elevadas concentrações populacionais nos grandes centros urbanos vários conflitos emergem; muitos deles em decorrência dos fluxos migratórios atraídos pela oferta de trabalho e melhores condições de vida nas cidades; a migração passou a ser um mecanismo determinante no processo de redistribuição populacional no Brasil, ocasionando um crescimento caótico mesmo para uma cidade planejada, como é o caso de Belo Horizonte; o que demonstra a importância de se pensar o planejamento público considerando as consequências geradas por esse processo (FJP, 2018).

2.2. Migração como condicionante da criminalidade

A migração se encontra presente em nossa sociedade desde primórdios sendo um elemento de suma importância para o entendimento do processo de urbanização, tendo implicações relacionadas aos aspectos sociais e econômicos (BARCELLOS, 1995). Podendo ser entendida como o deslocamento espacial de uma população, o ato de migrar pode envolver a mudança de país, estado ou região e acontece por diversos fatores; sejam eles de ordem pessoal, social ou econômica se dando principalmente, por fatores associados à busca por uma melhora na qualidade de vida e em atender às necessidades básicas individuais e ou coletivas. A migração acontece por diferentes motivações podendo ocorrer por desastres ambientais, guerras, busca por melhores condições de vida e etc. (BARCELLOS, 1995; DINIZ, 2005).

De acordo com os estudos de Diniz (2005), a dinâmica envolvendo as migrações tem se tornado intensa tanto pelo contingente populacional envolvido como pela diversidade dos locais de origem do migrante e pelos destinos por eles escolhidos. A movimentação em direção aos grandes centros está fortemente atrelada à busca de oportunidades de trabalho e se

torna mais intensa em momentos de rupturas de ordem social e econômica principalmente em momentos de crise.

Desta forma a migração surge assumindo papel de destaque nos estudos que exploram a teoria da Desorganização Social; Batella (2008) destaca que de acordo com a essa teoria a criminalidade surge como consequência do rompimento das relações sociais e pode ser entendida como uma implicação do arranjo das relações comunitárias e de vizinhança.

Nesse sentido, a teoria da Desorganização Social desenvolvida por Clifford R. Shaw e Henry D. McKay (1942) no início do século XX, num experimento da Escola de Chicago surgiu para tentar esclarecer o elemento espacial do crime. Num contexto geral essa teoria versa sobre a incapacidade de uma comunidade se estruturar e compreender valores em comum, a fim de evitar o enfraquecimento de controle social (MELO; MATIAS, 2015).

Muitas vezes, o migrante é encarado como o sujeito sem referências, desadaptado, sem modelo a imitar, e, como recém-chegado, sem laços afetivos com seu novo local de moradia. A mobilidade espacial de pessoas representa mais do que uma simples transferência de lugar, pois o migrante depara-se com novos conhecimentos e novas formas de organização nem sempre de fácil assimilação. Os efeitos das expectativas frustradas, as diversas privações sociais, o baixo poder aquisitivo e nível de instrução, precariedade de moradia, desemprego ou ocupação em subempregos, dentre outras tantas características negativas que caracterizam um número significativo de migrantes, fazem com que o saldo migratório esteja significativamente relacionado ao crime contra o patrimônio (FELIX 2002 *apud* BATELLA, 2008, p. 38).

Deste modo, elementos que ocasionem a quebra da coesão social e conseqüentemente do controle social, estariam indiretamente impulsionando os atos criminosos. "Essas relações seriam condicionadas por fatores sociais como status econômico, heterogeneidade étnica, mobilidade residencial e, sobretudo, taxas de urbanização e migração" (DINIZ, 2005 p. 10).

Diniz (2010) aponta que os estudos que versam sobre a temática da distribuição espacial como condicionantes da criminalidade atingem um ponto em comum quando se trata da relação entre imigração e as taxas de criminalidade:

A conclusão geral destes estudos é que existe uma relação negativa entre crime e coesão social. Note-se, à luz dos estudos sumariados aqui, que as taxas de imigração, urbanização e tamanho populacional são indicadores costumeiramente empregados na mensuração do nível de coesão social. Logo, de acordo com a abordagem da desorganização social, presume-se que em ambientes sociais marcados por altas taxas de imigração, urbanização e grandes populações, se encontrem taxas de criminalidade mais elevadas (DINIZ, 2005, p. 12).

Vale ressaltar que o grau de urbanização vai influenciar diretamente sobre o comportamento desviante, encontrando auxílio nas teorias sociológicas sobre a cidade. Antigamente grande parte dos imigrantes oriundos do meio rural conseguia atender suas pretensões e expectativas, pois para estes indivíduos o meio urbano dispunha de uma série de aparatos de infraestrutura da qual não tinham acesso no campo (BRICEÑO-LEÓN, 2002 *apud* BATELLA, 2008).

Diniz (2005) aponta que os movimentos migratórios reúnem massas isoladas, desprovidas de controles sociais nas periferias dos centros urbanos, em condições de extrema pobreza e desorganização social. Aliado a isso, existe as diferentes culturas e determinação de valores sociais, acompanhado de crescentes anseios pela melhora de vida. Fatores que combinados acabam por favorecer o aumento da criminalidade.

Portanto, a criminalidade encontraria nas cidades expostas a rápidas mudanças sociais e intensa imigração, ambiente propício à sua expansão. Fatores estruturais controladores desta relação são o tamanho, a diferenciação, a afluência e a concentração da renda dos moradores, bem como variáveis sócio-psicológicas como o isolamento, a impessoalidade e a formação de sub-culturas periféricas, que vêm na violência fator de mediação de conflitos e diferenças (DINIZ, 2005, p.11).

A partir desses fatores podemos associar que o saldo migratório está positivamente relacionado ao crime contra a propriedade; devido à frustrações e privações socioeconômicas, já que os migrantes de maneira geral possuem baixo poder aquisitivo, baixo nível de instrução, falta de infraestrutura e marginalização principalmente quando comparados aos não migrantes (FELIX, 2002 *apud* DINIZ, 2005).

Diante desses apontamentos é importante salientar que os tipos de crimes aqui referenciados seguem a categorização da Polícia Militar de Minas Gerais, onde os crimes serão classificados em duas categorias; a primeira se refere aos crimes violentos contra o patrimônio, que envolvem roubos consumados e roubo à mão armada (assaltos); Já para segunda categoria temos os crimes violentos contra a pessoa, que envolvem as tentativas de homicídio, homicídio consumado, estupro, sequestro e cárcere privado, além da extorsão mediante sequestro.

De acordo com dados da Fundação João Pinheiro (2010) em estudo referente à migração do estado no período de 2005 a 2010, Minas Gerais recebeu 448,1 mil pessoas originárias de outros estados e perdendo um total de 390,6 mil migrantes para outros estados

do Brasil, tendo um saldo positivo de 57,5 mil pessoas a mais no estado. Em Minas Gerais, o número de imigrantes e emigrantes foi bem maior que o interestadual absorvendo 949,6 mil migrantes, isto é, quase um milhão de pessoas mudaram de residência dentro do próprio estado durante um período de cinco anos.

Em Minas Gerais, através de estudos relativos à migração Diniz (2005) destaca uma possível conexão entre as taxas de migração e a criminalidade violenta, apresentada pela espacialização das taxas de roubo e roubo à mão armada; o autor denota que as duas categorias de crimes identificados se encontram presentes nas Mesorregiões Triângulo/Alto Paranaíba, Noroeste e RMBH todas marcadas por intenso fluxo migratório.

É importante destacar que a correlação positiva entre imigração e crimes violentos contra o patrimônio pode ser justificada parcialmente de acordo com Diniz (2010) pelo fato os centros urbanos serem alvos de intensos movimentos migratórios sendo local de confrontos de valores culturais, desorganização social e, conseqüentemente, fraca coesão social.

Some-se a isso o fato de que os movimentos migratórios tendem a concentrar grandes massas nas periferias dos centros urbanos, sob condições de pobreza e desorganização social, fomentando privações socioeconômicas e frustrações em relação ao acesso a bens de consumo. Uma outra hipótese interpretativa diz respeito à presença de variáveis intervenientes nas relações aqui estudadas. O fato de as taxas de criminalidade violenta contra o patrimônio estarem vinculadas à imigração pode se dar em virtude de essas mesmas taxas estarem correlacionadas simultânea e positivamente com indicadores de desenvolvimento e riqueza material. Afinal, como Ravenstein (1885 e 1889) já preconizava há mais de um século, a principal motivação para as migrações em tempos de paz é, sem sobra de dúvidas, o motivo econômico (busca por melhores condições de trabalho, renda e de qualidade de vida), que se fazem presentes em contextos mais desenvolvidos. Mas não se deve perder de vista o fato de que é exatamente nesses contextos mais desenvolvidos e urbanizados que um maior volume de riquezas é gerado e, conseqüentemente, um maior número de oportunidades para o crime se materializa (DINIZ, 2005, p. 21).

Este argumento se justifica de acordo com Diniz (2005), quando trazemos á luz a oposição na correspondência entre as taxas de imigração e as taxas de estupro e homicídio tentado. Assim a violência no meio urbano desponta em espaços onde há baixo desenvolvimento social e econômico, se caracterizando por um grande contingente populacional de analfabetos ou com baixa escolaridade; nestes locais a violência tende a ser utilizada como meio para mediar conflitos (BEATO, 1998 *apud* DINIZ, 2005).

Diniz (2005) ainda identifica dados semelhantes para a espacialização das taxas de roubo à mão armada de veículos, que também se apresentam como características da região

Central e Triângulo/Alto Paranaíba. O autor aponta que das modalidades de crime analisadas, ganham destaque aqueles contra o patrimônio (roubo, roubo à mão armada, roubo de veículos e roubo de veículos à mão armada), que exibem semelhanças positivas – mesmo estas sendo escassas - com as taxas de imigração total e interestaduais;

Estes resultados, portanto, confirmam, pelo menos parcialmente, as assertivas de Felix (2002) que afirma que a grande concentração de pessoas nos centros urbanos tende a dar à vida um caráter anônimo, uma vez que em face a uma população numerosa, as pessoas dificilmente se conhecem e se reconhecem nas grandes cidades. Some-se a isso o fato de que estas aglomerações humanas podem favorecer uma maior conscientização da desigualdade social que assola os grandes centros urbanos, bem como facilitar a difusão de informações sobre meios e oportunidades legítimas e ilegítimas de acesso a riquezas e bens materiais (DINIZ, 2005, p. 22).

A espacialização da atitude criminosa mostra que para a realidade mineira, o argumento de que áreas de intensa imigração são suscetíveis à criminalidade se torna válido. Principalmente quando trazemos a luz fatores como a diversidade e o confronto de valores culturais, desorganização social e fraca coesão social que são características dos grandes e médios centros urbanos. Como se viu, a razão de dependência positiva entre crimes contra o patrimônio e imigração, está fortemente relacionada por indicadores de desenvolvimento e riqueza material, já que em ambas as taxas há a correspondência positiva entre esses indicadores (DINIZ, 2005).

Beato (1998), a partir seu estudo das Determinantes da Criminalidade em Minas Gerais, ressalta que dada à heterogeneidade do estado e as diferentes relações estabelecidas nos centros urbanos é de suma importância que se leve em conta a ideia central que influencia na tomada de decisão para a efetivação do ato criminoso em si; como é o caso da escolha de alvos; além disso, os centros urbanos trazem em sua configuração um espaço passível de oportunidades para ações que criminosas que podem ser atribuídas à quantidade de alvos em potencial ou pelo fator do anonimato que os grandes centros urbanos oferecem.

Como já abordado anteriormente a algumas características do processo de urbanização e industrialização beneficiaram a relação de fatores como as desigualdades socioeconômicas, segregação sócio espacial e ações violentas que influenciam, até hoje, a distribuição espacial dos crimes em Minas Gerais (BEATO, 1998; DINIZ, 2005). Beato (1998) através de seus estudos sobre as condicionantes da criminalidade sinaliza que uma forma interessante de avaliarmos a distribuição de crimes seria pelo grau de desenvolvimento e não pelo tamanho das cidades; sendo assim utilizando-se do IDH, o autor sinaliza que o desenvolvimento dos

municípios está associado positivamente a alguns tipos de crimes, tais como o roubo e o roubo à mão armada.

É diante desses fatores que devemos notar a importância dos estudos acerca da relação estabelecida entre o índice de desenvolvimento humano de uma localidade e a criminalidade, pois estas estão diretamente interligadas. De certa forma um elevado IDH denota características positivas de uma sociedade ao passo que essas próprias características se findam como propulsoras no aumento de números de crimes. Neste sentido a avaliação desses parâmetros para o contexto mineiro ajuda a demonstrar como experiências frustradas aliadas aos diversos tipos de desigualdades, principalmente sócio espaciais fomentam o debate acerca dos propulsores da criminalidade no estado.

3. DESENVOLVIMENTO HUMANO E CRIMINALIDADE

3.1. Aspectos do Desenvolvimento Humano de Minas Gerais

De acordo com o PNUD (2014), o desenvolvimento humano pode ser entendido como o processo de ampliação da liberdade das pessoas, para que estas possam desenvolver suas capacidades e tenham a oportunidade de ser aquilo que desejam ser, para além das questões puramente econômicas. É claro que a renda é um aspecto de suma importância para o bem estar de uma população, mas esta deve ser tida como um dos meios para o desenvolvimento e não como seu fim. Para avaliar as condições de melhora na qualidade de vida de uma população é necessário avaliar diferentes características sociais, culturais e políticas que vão impactar diretamente na qualidade da vida humana.

Partindo deste pressuposto, o conceito de Desenvolvimento Humano embasa o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que foi instituído no começo da década de 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq em colaboração com o também economista Amartya Sen. Em resumo o IDH surgiu com o intuito de apresentar um contraponto aos indicadores econômicos advindos do Produto Interno Bruto (PIB), sendo utilizado como uma medida substancial nos aspectos relacionados à educação, saúde e renda para o desenvolvimento humano de cidades, regiões e para todos os países do mundo (IPEA; PNUD, 2013).

O censo demográfico do IBGE é a principal fonte de dados para a compreensão dos aspectos sócio espaciais para a realidade mineira, pois é através da análise desses dados que será possível a reflexão acerca das condicionantes da criminalidade que se relacionam intrinsecamente com variáveis relacionadas estrutura etária, nível de instrução, emprego e renda. Os dados relativos ao IDH de Minas Gerais apresentados a seguir refletem como o atual estágio de organização social do território mineiro ainda carrega vestígios dos desdobramentos econômicos e demográficos iniciados a partir da década de 1970; as transformações recentes na economia e as diferenças de desenvolvimento entre as regiões denotam as desigualdades socioeconômicas que configuram o território.

O Índice de Desenvolvimento Humano de Minas Gerais de acordo com o último censo do IBGE (2010) é de 0,731, o que coloca o estado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Os componentes que mais contribuíram para que o IDHM da UF

alcançasse este patamar foram a Longevidade, com índice de 0,838; seguida da Renda com índice de 0,730 e por fim a Educação, com índice de 0,638 (PNUD, IPEA e FJP, 2013). A tabela a seguir demonstra a evolução desses dados de 1991 a 2010:

TABELA 3
Evolução dos componentes do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Minas Gerais

Componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,257	0,470	0,638
IDHM Longevidade	0,689	0,759	0,838
IDHM Renda	0,618	0,680	0,730

Fonte: Adaptado de PNUD, IPEA e FJP (2013).

De acordo com a tabela acima, em Minas Gerais o componente cujo índice mais evoluiu em termos absolutos foi a Educação, cujo crescimento foi de 0,381, seguida por Longevidade com aumento de 0,149 e por fim a Renda com 0,112. Esses índices fizeram Minas Gerais ficar na 9ª colocação entre as 27 Unidades Federativas brasileiras segundo seu IDHM de 2010. Neste ranking, o maior IDHM é 0,824 (Distrito Federal) e o menor é 0,631 (Alagoas). Porém é importante esclarecer que a evolução dos componentes do IDHM não significa o fim dos extremos sociais no Estado, principalmente para a região metropolitana que ainda guarda elevado número de extremos sociais (BATELLA e DINIZ, 2010).

Com relação à estrutura etária da população mineira, nos anos 2000 a taxa de envelhecimento era de 6,20% atingindo em 2010 a taxa de 8,12%, indicando crescimento de 1,92%; além disso, houve um decréscimo da população menor de 15 anos, que apresentou queda de 5,81% no período de 2000 a 2010 saindo de 65,42% para 69,31. A população de 65 anos ou mais também apresentou crescimento de 3,11% para igual período e por fim, a população 15 a 64 anos apresentou crescimento de 3,11% de 2000 a 2010, saindo de 65,42% para 69,31% respectivamente (IBGE, 2010; PNUD, 2013).

TABELA 4
Estrutura Etária da População de Minas Gerais (2000-2010)

Estrutura Etária	População (2000)	(%) Total (2000)	População (2010)	(%) Total (2010)
Menos de 15 anos	5.077.523	28,38	4.423.188	22,57
15 a 64 anos	11.704.109	65,42	13.582.593	69,31
População de 65 anos ou mais	1.109.862	6,20	1.591.549	8,12
Taxa de envelhecimento	6,20	-	8,12	-

Fonte: Adaptado de PNUD, Ipea e FJP (2013).

A composição etária da população de Minas Gerais tem passado por intensas modificações resultantes das alterações nos componentes demográficos, sobretudo da fecundidade. Ao analisar a Figura 1, é possível observar a diminuição da população jovem e o aumento da população em idade mais avançada, essas transformações são confirmadas pelo estreitamento da base da pirâmide, ao passo que há o alargamento progressivo do topo. Sendo assim, os dados apontam para o envelhecimento da população mineira (FJP, IBGE, 2010). As projeções do IBGE (2010) demonstram que a razão de sexo total de Minas Gerais sofrerá poucas alterações nos censos posteriores, conservando a relação entre 96 e 97 homens para cada 100 mulheres.

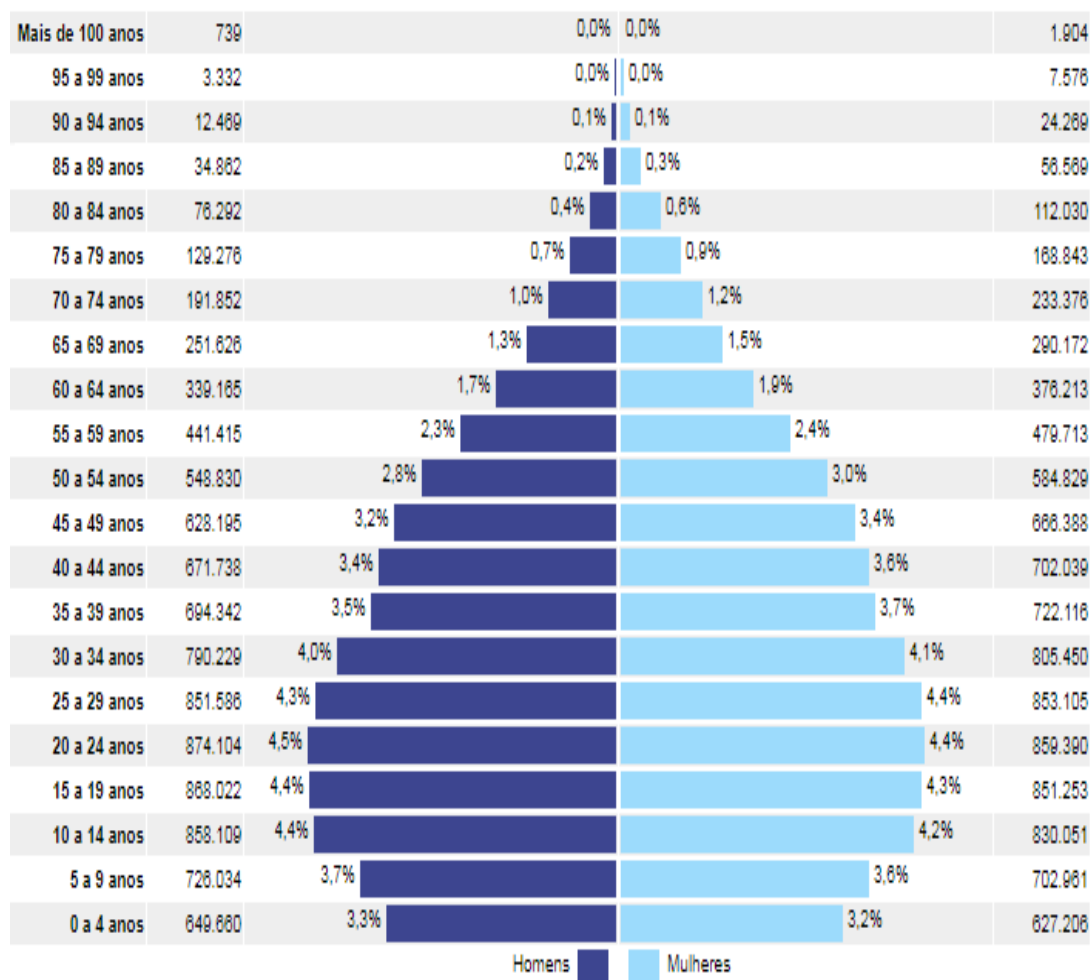


Figura 1: Distribuição populacional por sexo, segundo os grupos de idade de Minas Gerais (2010).
Fonte: Censo Demográfico IBGE (2010)

Assim como os outros fatores aqui mencionados a educação também assume papel de suma importância no IDHM estadual já que os anos de estudos estão intimamente relacionados à melhora da qualidade de vida de uma população, principalmente no que se refere à renda, já que esta influencia diretamente na obtenção de melhores chances no mercado de trabalho (SILVA, 2003; POCHMANN, 2012).

A relação de crianças e jovens cursando ou que completaram algum ciclo do ensino fundamental ou médio revelam a realidade da população em idade escolar em Minas Gerais, constituindo o IDHM da Educação. No estado, o número de crianças de 5 a 6 anos na escola foi de 92,16%, em 2010. Para igual período a proporção de crianças de 11 a 13 anos cursando os anos finais do ensino fundamental passa a ser de 87,96%; já os jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo somam um total de 60,94%; e por fim, a proporção de jovens de

18 a 20 anos com ensino médio completo é de 42,82% para o Estado de Minas Gerais (PNUD, IPEA e FJP, 2013).

De acordo com dados do último Censo Demográfico (2010), entre 1991 e 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos matriculadas nos anos iniciais; 11 a 13 nos anos finais do ensino fundamental e de 15 a 17 com ensino fundamental completo apresentaram crescimento de 54%, 51%, 43% respectivamente, além disso, a proporção de jovens com ensino médio concluído apresentou crescimento de 31% para igual período. Esse incremento no número de alunos frequentando a escola indica progresso no componente Educação, porém os dados revelam que muito dos estudantes matriculados não concluíram todas as etapas de ensino escolar, refletindo diretamente no nível de instrução da população adulta mineira.

Assim a escolaridade da população adulta (18 a ou mais), com o ensino fundamental completo, carrega uma bagagem da defasagem de anos de estudo das gerações mais antigas, que possuíam menor escolaridade e impactam diretamente nas taxas de empregabilidade. Em 2010, ao analisar a população mineira de 25 anos ou mais de idade verificou-se que 10,36% eram analfabetos, 46,40% concluiu o ensino fundamental 32,25% tinha o ensino médio completo e apenas 10,57%, possuíam o ensino superior completo (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

Salvato (2010) aponta que existe uma intensa relação entre escolaridade e renda do trabalho que pode ser verificada em locais com distintas realidades, como é o caso de Minas Gerais. O autor sugere que aumento dos anos de estudos promove uma melhora na capacitação do indivíduo, possibilitando o acesso a melhores oportunidades de trabalho o que consequentemente permitiria maiores ganhos. Neste sentido a escolaridade, passa a ser considerada como um indicador da qualificação do indivíduo, estando intrinsecamente relacionada aos anos que o indivíduo passou em instituições de ensino.

De acordo com a Teoria do Capital Humano formulada por Schultz em 1973, a educação torna as pessoas mais bem-sucedidas, aumentando seus ganhos e impactando diretamente na renda e no crescimento econômico. Assim, os salários mais altos seriam pagos aos trabalhadores com maior produtividade e, portanto, os que possuíam maior nível de escolaridade; onde as pessoas com mais anos de estudo tem menor chance de estarem desempregadas, ao passo que o risco de desemprego é maior para negros do que para os brancos (SALVATO, 2010).

Dados da Estrutura e Evolução da Ocupação Formal de Minas Gerais 2000-2017 da Fundação João Pinheiro, revelam que em Minas Gerais a taxa de desocupação foi de 11,2%, comparando os dados de 2016 com 2012, a desocupação aumentou tanto para homens quanto para mulheres assim como para todos os grupos de escolaridade e de raça/cor. Além disso, houve aprofundamento das diferenças entre as taxas de desocupação dos negros em relação às dos brancos em todos os níveis de escolaridade (FJP, 2017). Observa-se que no contexto brasileiro a maior taxa de desocupação é atribuída aos negros com ensino médio (14,6%); já em Minas o maior percentual foi obtido pelos negros sem instrução ou fundamental incompleto (14,3%).

Os dados revelam grandes dessemelhanças em relação à taxa de ocupação de negros e brancos, demonstrando que o mercado de trabalho apresenta significativa desigualdade de raça; sendo este um aspecto que deve ser levado em conta quando nos atentamos para a questão da violência e criminalidade, pois as diferentes formas de discriminação e desigualdades sociais estão fortemente relacionadas aos fenômenos de exclusão social que ocasionam e reproduzem a pobreza (BUORO et. al.,1999).

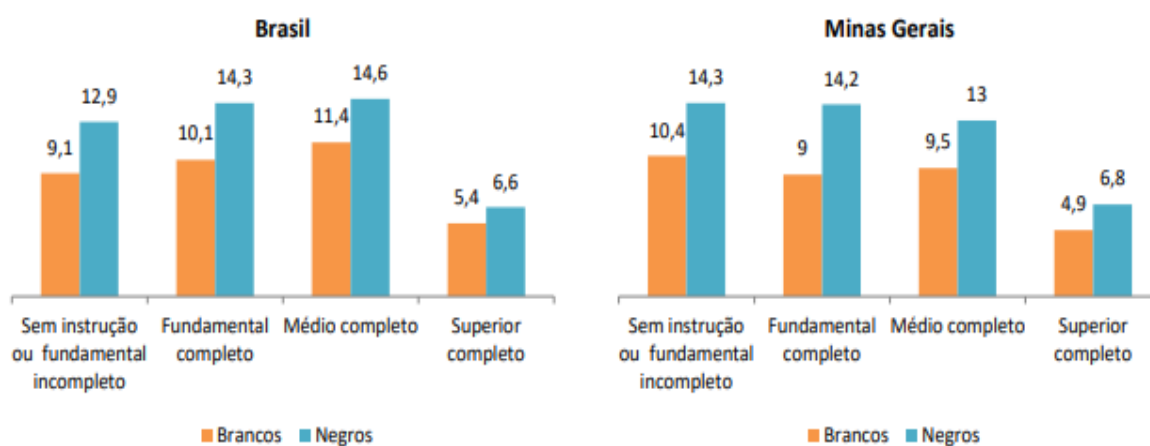


Gráfico 1: Taxa de desocupação por raça/cor e grau de instrução – Brasil e Minas Gerais 2013 (%)
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Os dados da Pnud (2013) para os anos de 2000 a 2010, revelam que a taxa de atividade (relação entre o número de pessoas economicamente ativas e o número de pessoas em idade ativa) da população de 18 anos ou mais de Minas Gerais foi de 65,45% para 67,22%. Ao

mesmo tempo em que a taxa de desocupação (percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) para a mesma faixa etária que era de 12,54% foi para 6,33%.

No que se refere aos aspectos econômicos vale ressaltar que a geração de renda em Minas Gerais tem como uma de suas principais particularidades o alto grau de concentração de renda em determinadas regiões. Neste contexto a região Central de Minas é a mais importante em termos econômicos e demográficos, principalmente pelo fato de nela estar inserida a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Em termos geográficos a região central ocupa pouco mais de 12% do território mineiro onde residem 35,6% da população do estado, sendo responsável por 44,9% do PIB estadual, onde em torno de 40% são originários dos municípios pertencentes à RMBH (FJP, 2013).

A segunda região mais importante é o Triângulo mineiro com 12,7% de participação no PIB, seguida pelo Sul de Minas com participação de 11,9% no PIB estadual. Em seguida temos a região da Zona da Mata, com 7,6% do PIB do Estado, e a região do Rio Doce com 7,3% do PIB estadual. As regiões Centro-Oeste, Norte e Alto Paranaíba participam com 6,3%, 4% e 3,6% do PIB estadual, respectivamente. As menores contribuições para o PIB do Estado são das regiões do Jequitinhonha/Mucuri, 1,9% e o Noroeste que é de 1,8%.

TABELA 5
Percentual populacional e contribuição estadual para o PIB de Minas Gerais
Por mesorregião.

Região	População	PIB estadual
Alto Paranaíba	3,3%	3,6%
Central	35,6%	44,9%
Centro-Oeste de Minas	5,7%	6,3%
Jequitinhonha/Mucuri	5,2%	1,9%
Noroeste de Minas	1,9%	1,8%
Norte de Minas	8,2%	4,0%
Sul de Minas	13,2%	11,9%
Triângulo Mineiro	7,6%	12,7%
Rio doce	8,3%	7,3%
Zona da Mata	11,1%	7,6%
Total	100%	100%

Fonte: Adaptado de Ipea e FJP (2015).

Já a renda per capita média de Minas Gerais últimos anos foi de R\$ 373,85, em 1991 para R\$ 749,69, em 2010, ou seja, durante duas décadas houve um crescimento de 100,53%. Já em relação à proporção de pessoas pobres, que são aquelas com renda domiciliar per capita menor que R\$ 140,00, passou de 41,01%, em 1991, para 10,97%, em 2010. Em relação a desigualdade social de Minas Gerais o Índice de Gini mostra que em 1991 o índice era de 0,61 já em 2010 era de 0,56, o que revela uma redução de 0,6%, valor considerado pouco expressivo para o contexto regional. (ALMEIDA, 2012; PNUD, FJP e IBGE, 2013).

TABELA 6
Renda, Pobreza e Desigualdade em Minas Gerais.

	1991	2000	2010
Renda per capita	373,85	548,87	749,69
% de extremamente pobres	17,84	9,05	3,49
% de pobres	41,01	24,64	10,97
Índice de Gini	0,61	0,61	0,56

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2013)

É notório que houve um incremento de renda da população em situação de pobreza, porém, como denota Brito (2012), às atuais políticas de transferência de renda e de aumento do salário mínimo, não apresentaram resultados expressivos em relação à discrepância de renda dos mais pobres para os mais ricos. Isso se deve ao fato da desigualdade no Brasil ser algo que demanda mudanças estruturais; pois mesmo quando há um incremento na renda do pobre em relação ao aumento dos ganhos dos mais ricos, o impacto na desigualdade ainda não é imediato (DINIZ, 2005; BRITO, 2012).

A maneira desigual e contraditória pela qual o espaço urbano é construído e reproduzido torna a cidade um palco privilegiado para os conflitos e desentendimentos interpessoais. A violência emana neste contexto e é influenciada pela segregação social. Da mesma maneira que o espaço urbano é fragmentado, a violência se desdobra distintivamente atingindo estratos da sociedade de forma diferenciada. As referências especializadas (Zaluar, 2004; Misse, 2006; Zanotelli et al., 2011; Andrade, Souza e Freire, 2013) indicam que, na cidade, a violência criminalizada está arraigada à desigualdade existente entre as classes abastadas e as populações desprivilegiadas. Além da desigual distribuição de renda e riqueza, serviços e equipamentos coletivos são distribuídos de forma desigual, o que caracteriza, em parte, a condição de (des)ordem urbana que influencia os padrões de distribuição espacial da violência (LIRA; MONTEIRO, 2017, p. 263).

Quando analisamos isoladamente o IDH dos municípios mineiros é perceptível o baixo desenvolvimento encontrado nas regiões norte e nordeste do Estado em comparação aos

índices encontrados nas regiões do triângulo, centro-oeste e na RMBH. Neste quesito o fator desigualdade ganha força, retomando a questão da heterogeneidade do Estado de Minas Gerais que apresenta realidades muito díspares em seu território refletindo diretamente na distribuição de crimes violentos.

3.2. A criminalidade violenta em Minas Gerais

De acordo com o Anuário de Informações criminais do Ipea (2010), as taxas de Crime Violento em Minas Gerais apresentaram redução durante os anos de 2008 a 2010, seguindo a tendência já observada desde o ano de 2007 (Ipea 2010); O crime violento pode ser entendido como aquele que se conclui por meio de violência direta através do contato físico entre a vítima e o criminoso (MASSENA, 1986 *apud* BATELLA, 2008); Por isso para este estudo será utilizado tal conceito pois o mesmo possibilita a tipificação, o registro e a disponibilidade de dados estatísticos.

TABELA 7

Evolução do número de crimes violentos registrados em Minas Gerais no triênio 2008-2010

Ano/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2008	6.487	6.475	6.957	6.477	6.187	5.582	5.359	5.507	5.013	5.288	4.909	5.277	69.468
2009	5.269	5.061	5.375	5.262	5.468	5.087	5.092	4.773	4.487	4.619	4.238	4.367	59.098
2010	4.481	4.029	4.632	4.431	4.164	4.206	4.119	3.916	4.020	4.181	4.174	4.272	50.625

Fonte: Núcleo de Estudos em Segurança Pública da Fundação João Pinheiro (NESP-FJP).

Em relação à distribuição espacial da violência, as maiores taxas de crime violento são nos municípios mineiros mais economicamente importantes e em seus entornos. Assim, destacam-se a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), o Triângulo Mineiro, a região Noroeste do estado e municípios como Governador Valadares, Montes Claros e Pirapora (BATELLA, 2008; FJP, 2010). De acordo com dados da Secretaria de Defesa e Estado Social compilados no Anuário de informações criminais de Minas Gerais (2010), a taxa de crime violento por 100 mil habitantes vem apresentando acentuado crescimento desde

1986; se compararmos os dados entre os anos de 1986 a 2007 os indicadores revelaram um acréscimo de mais de 290% para este tipo de crime;

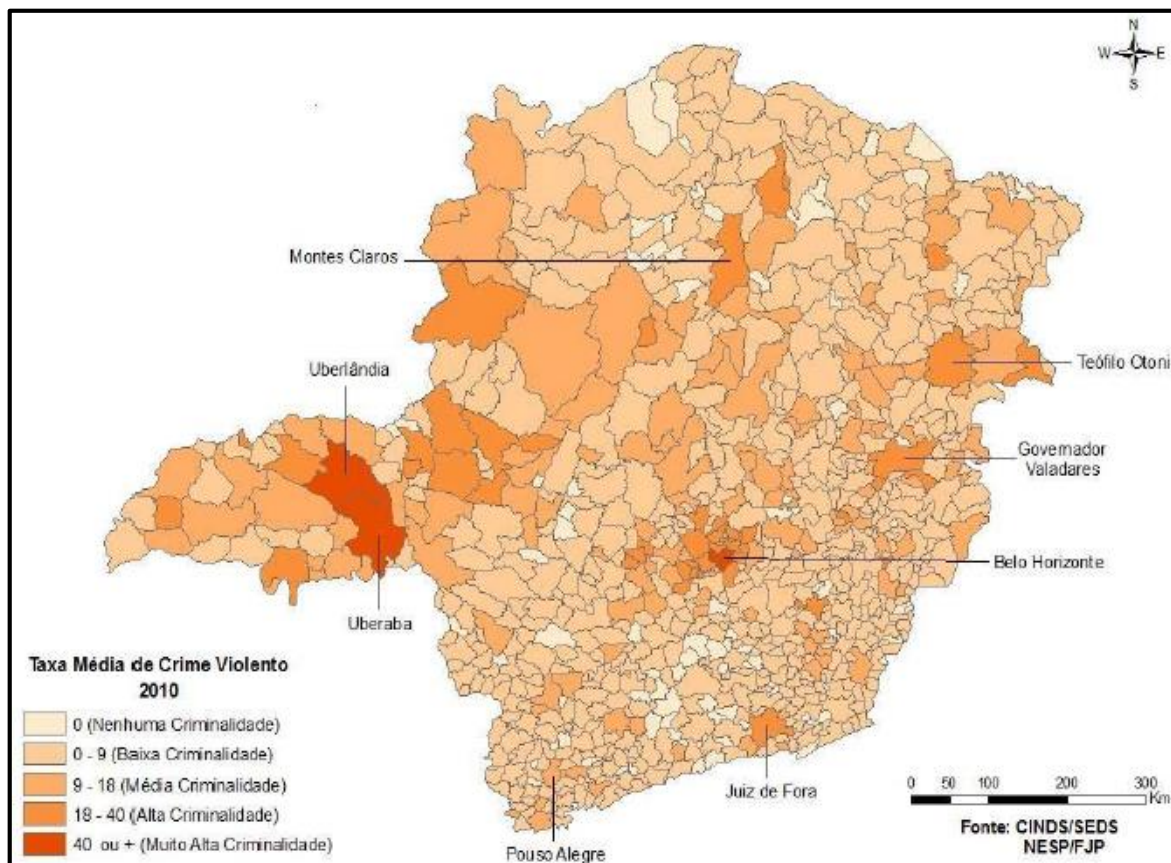


Figura 2: Taxa média de crime violento por 100 mil habitantes Minas Gerais.

Fonte: Dados Básicos Divisão de Crimes Contra a Vida (DCCV-PCMG); SM20 (PMMG); REDS (PCMG-PMMG) Centro Integrado de Informações de Defesa Social / Secretaria de Estado de Defesa Social (CINDS/SEDS).

Elaboração: Núcleo de Estudos em Segurança Pública da Fundação João Pinheiro (NESP-FJP).

Com relação à distribuição espacial do crime violento contra a pessoa, o padrão se sustentou o mesmo se comparado a períodos anteriores a 2010, onde a taxa observada identificou uma maior ocorrência deste tipo de crime no Nordeste do estado (Figura 3). A RMBH e alguns municípios do entorno, o Triângulo Mineiro, a região Noroeste e alguns municípios isolados também apresentam elevadas taxas de crime violento contra a pessoa de acordo com dados do Anuário de Informações Criminais do Ipea (2010).

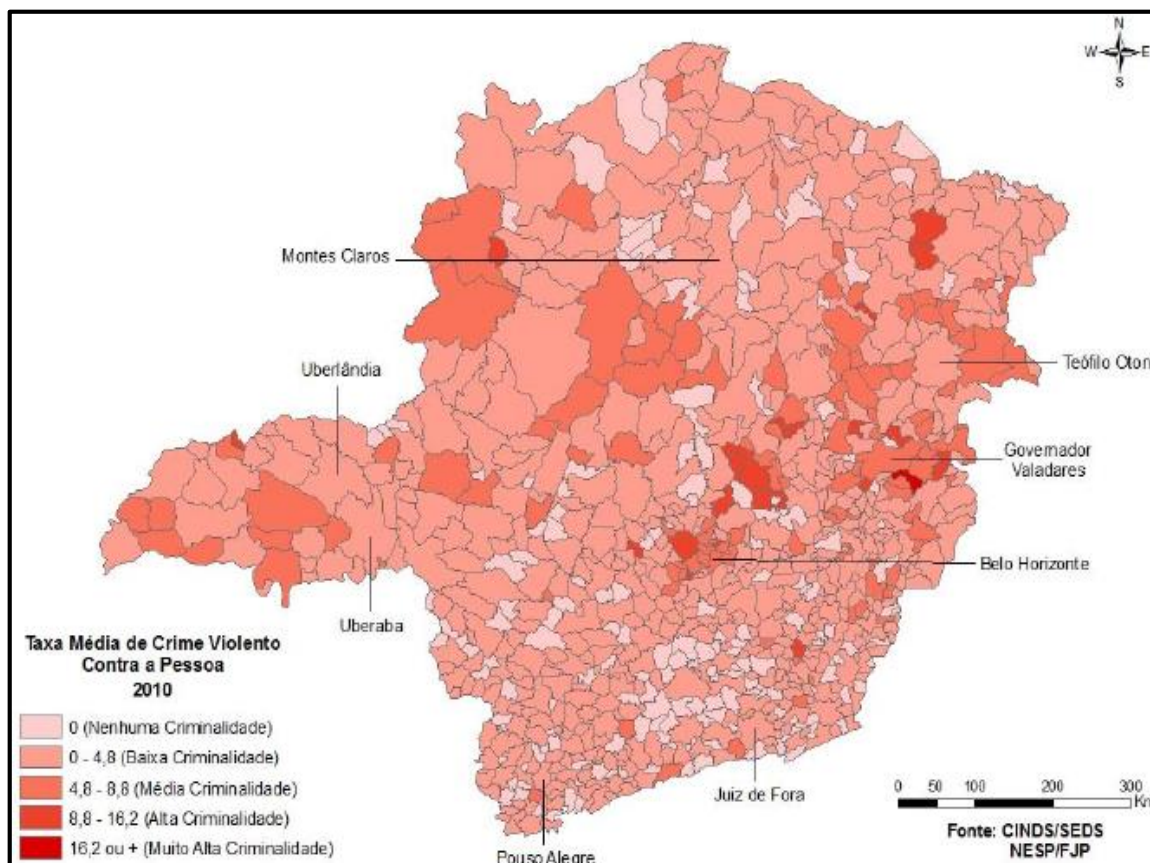


Figura 3: Taxa média de crime violento contra a pessoa em Minas Gerais por 100 mil habitantes.

Fonte: Dados Básicos: Divisão de Crimes Contra a Vida (DCCV-PCMG); SM20 (PMMG); REDS (PCMG-PMMG) Centro Integrado de Informações de Defesa Social / Secretaria de Estado de Defesa Social (CINDS/SEDS).

Elaboração: Núcleo de Estudos em Segurança Pública da Fundação João Pinheiro (NESP-FJP).

Em relação aos crimes contra o patrimônio é interessante observar (FIGURA 4) que este apresenta padrão semelhante com os crimes violentos, e que as maiores incidências de crimes contra o patrimônio estiveram repartidas entre duas localidades, o município de Uberlândia, na porção oeste de Minas, e a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) ambas economicamente importantes para o Estado (BATELLA, 2008; IPEA, 2010).

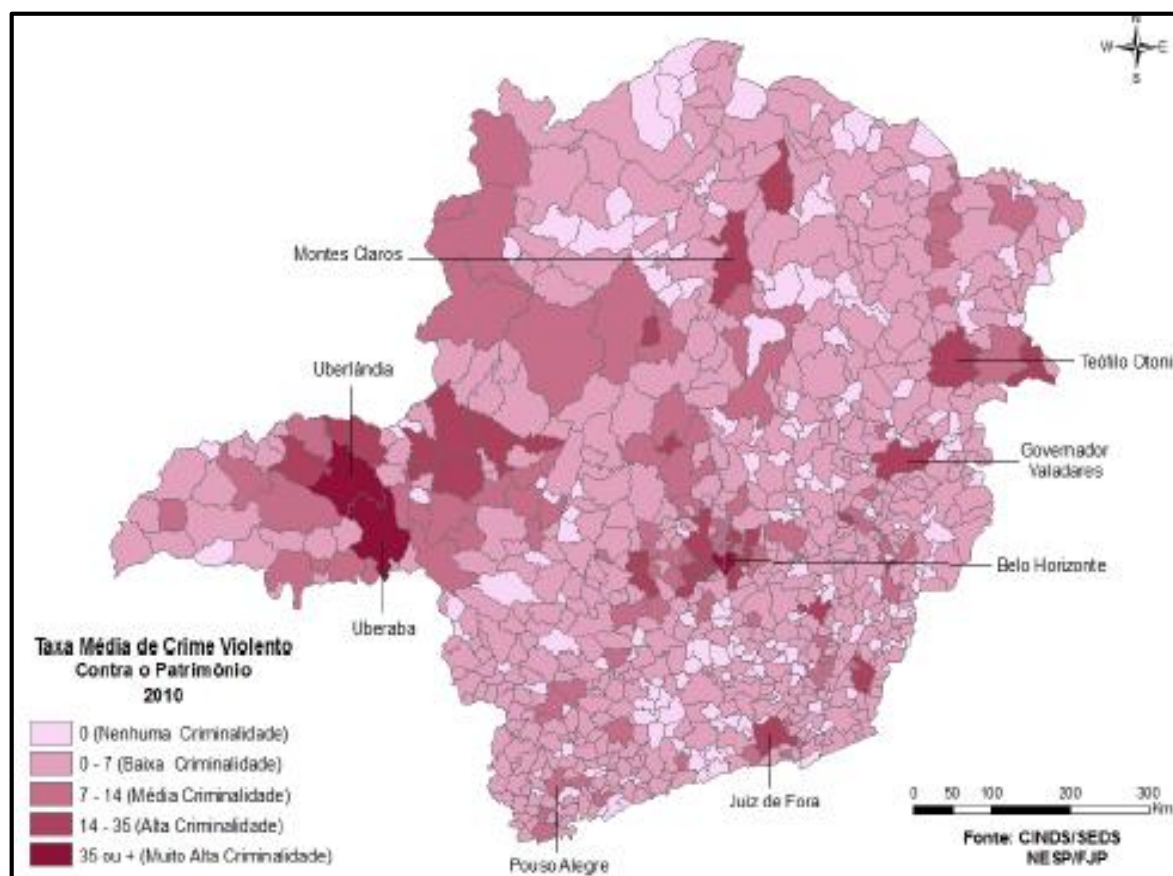


Figura 4: Taxa média de crime violento contra o patrimônio em Minas Gerais por 100 mil habitantes. Dados Básicos: SM20 (PMMG); REDS (PCMG-PMMG) Centro Integrado de Informações de Defesa Social / Secretaria de Estado de Defesa Social (CINDS/SEDS) Elaboração: Núcleo de Estudos em Segurança Pública da Fundação João Pinheiro (NESP-FJP).

Os dados apresentados anteriormente reforçam que as taxas de crimes violentos contra o patrimônio e contra a pessoa apresentam padrões similares em sua incidência e distribuição espacial. Assim a análise das taxas de crimes violentos contra o patrimônio demonstra forte relação com a variável densidade populacional e grau de urbanização. Além disso, os indicadores riqueza e desenvolvimento apresentam grande importância à medida que promovem a correlação dessa categoria de crime com o IDH, sendo mais significativo nos grandes e médios centros urbanos, ou seja, nas porções economicamente mais desenvolvidas do estado (BEATO, 2000).

Quando analisamos os crimes violentos contra a pessoa, a relação é contrária e com menor intensidade, assim conclui-se que quanto maior o IDH do município menor a incidência de crimes desta classe (BEATO, 2000; BATELLA, 2008; IPEA, 2010). Assim esse tipo de análise deve levar em conta a geografia do fenômeno quanto a sua localização e condicionantes, incorporando o espaço à análise que se pretende fazer (CÂMARA *et al.*, 2004 *apud* BATELLA, 2008 p. 71).

Reis e Beato (2000) trazem à luz a questão da contradição do aumento da criminalidade e do progresso dos indicadores sociais. De acordo com os autores nos anos 1970 e 1980 houve melhorias na qualidade de vida da população, principalmente em relação a condições de saneamento básico, educação e longevidade. Os autores observaram que apesar de tais avanços a criminalidade violenta especialmente nos grandes centros urbanos, continuou avançando. Esta contradição encontra embasamento na teoria da oportunidade que se associa aos locais mais desenvolvidos, onde a densidade populacional corrobora com as altas taxas de crimes contra o patrimônio; o que vai de encontro aos fatores e situações motivadoras para este tipo de delito, como a concentração de riqueza, enfraquecimento dos mecanismos de controle social e de vigilância (BEATO, 1998; REIS e BEATO, 2000; BATELLA, 2008).

Entre essas abordagens, a manifestação do crime nas grandes cidades aparece relacionada ao controle social, formal ou informal. A fragmentação desse tipo de controle funciona como agravante no surgimento de atividades criminais. Ora, além de uma maior carência de controle social, principalmente informal, pode-se mencionar, de acordo com Felix (2002), que outros agravantes surgem nas grandes cidades, tais como o caráter anônimo que a vida ganha em função da grande concentração de pessoas que são confrontadas, ainda, com uma maior conscientização da desigualdade social e, assim, o crime pode emergir como fruto da dissociação entre aspirações e possibilidades reais de realização (BATELLA, 2008, p.62).

A abordagem espacial dos crimes principalmente daqueles contra o patrimônio oferecem mais subsídios para tal análise ao passo que o enfoque passa a ser direcionado para as análises dos crimes e das condições em que eles ocorrem, substituindo as teorias acerca das determinantes sociais do comportamento criminoso. Em relação à contribuição da Geografia para os estudos sobre a criminalidade é possível afirmar que:

Outra grande contribuição diz respeito à consolidação da análise espacial na década de 1950 e a sua apropriação pela Geografia, posteriormente pela Geografia do Crime, que possibilitaram maiores reflexões sobre os problemas de proximidade, concentração e dispersão da incidência criminal, bem como permitiu a busca por semelhanças ou diferenças nos padrões de distribuição geográfica de delitos. (BATELLA, 2008, p. 59).

Assim, por meio da análise geográfica adotando o viés espacial evita-se a criminalização de pobres e negros, pois se desloca tal análise para as determinantes estruturais da criminalidade. Neste sentido é possível estabelecer a correlação entre riqueza e crimes contra o patrimônio já que estes se concentram nas porções com maior desenvolvimento econômico do Estado; deste modo à explicação mais significativa para o crime não é a

pobreza, mas sim a riqueza. Beato (1998) afirma que lugares mais prósperos oferecem oportunidades para ação criminosa, pois fornecem mais alvos viáveis e compensadores, além de diminuir os mecanismos de controle social (BEATO, 1998; BATELLA, 2008).

Além disso, o crime gera uma série de intempéries além de reduzir a produtividade do trabalhador causando agravos ao bem estar da população, uma vez que os delitos operam negativamente propagando medo e insegurança gerando gastos significativos com segurança pública. Neste sentido, as ações de prevenção e controle da criminalidade devem levar em consideração às questões espaciais com enfoque em diferentes tipos de ações, para diferentes frações do território, para que ações efetivas sejam tomadas e não apenas medidas compensatórias, já que os crimes se distribui de formas distintas no território (ALMEIDA, 2012).

Com relação aos indicadores de segurança pública do Estado de Minas Gerais verifica-se a precariedade dos dados disponibilizados para consulta pública no site da Secretaria de Estado de Defesa Social. As informações apresentadas não são dotadas de definições básicas sobre o uso dos indicadores produzidos para a gestão de políticas de segurança pública (ALMEIDA, 2012). Os dados dispostos correspondem às taxas de crime de acordo com as ocorrências atendidas pela Polícia Militar de Minas Gerais, não tendo referências comparativas quanto às outras perspectivas da segurança pública, como o sistema de justiça criminal, vitimização, fatores econômicos, educação, infraestrutura, saúde e etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo constatou que a disseminação da violência em Minas Gerais aponta para a heterogeneidade do território e para as desigualdades socioeconômicas que ainda persistem em grau bastante elevado no Estado. Pela observação dos aspectos analisados durante este estudo cabe ressaltar que a relação estabelecida entre a violência, o processo de urbanização e a organização espacial apresentam diferentes engendramentos principalmente quando avaliamos os tipos de crimes mais frequentes.

Durante a pesquisa, foi possível observar que os crimes violentos contra o patrimônio se associam as porções mais economicamente desenvolvidas do estado, além disso, os crimes se apresentam oriundos de fatores organizacionais, especialmente quando levamos em conta a estruturação do Estado de Minas Gerais.

Em vista dos argumentos apresentados, uma consideração a se fazer refere-se à importância que o espaço assume em diferentes áreas de conhecimento. Nos estudos que versam sobre a criminalidade, ele assume um papel de suma importância, visto que pode ser considerada uma ferramenta significativa na compreensão do fenômeno da criminalidade. Além disso, estudos que abordam a manifestação espacial da criminalidade violenta em Minas Gerais revelam que existe uma especificidade espacial para cada modalidade de crime a ser abordada.

Desta forma o aspecto multifacetado da violência revela que os fatores condicionantes dos crimes nos centros urbanos são em sua maioria, oriundos do processo da urbanização. Neste sentido, a incidência dos atos violentos nada mais é do que um reflexo da violência da urbanização e de todas as ações de fragmentação e desigualdades que emergiram ao longo deste processo. Deste modo, vale ressaltar que a busca incessante por segurança nos grandes centros, produz redomas que ao mesmo tempo protegem e afastam as pessoas, promovendo a quebra da coesão social, deixando cada vez mais evidente as falhas nos mecanismos de controle social.

Em relação às principais condicionantes dos crimes nos centros urbanos, a elevada densidade populacional aliada ao intenso fluxo migratório para os grandes centros corrobora com os fatores propulsores de ações criminosas, que se associam com as desigualdades

socioeconômicas e segregação sócio espacial. Assim, verificou-se que a migração passou a ser um mecanismo determinante no processo de redistribuição populacional, ocasionando um crescimento desordenado dos grandes centros exacerbando as desigualdades sociais além de oportunizar os atos criminosos.

Neste contexto emerge a tipificação dos crimes em relação a sua distribuição espacial, isto quer dizer que os crimes violentos contra a pessoa se concentram em áreas com menor desenvolvimento econômico do estado, em detrimento dos crimes contra o patrimônio, que apresentam maior periodicidade nos locais com maior concentração de riquezas onde há uma série de contextos e que oportunizam a efetivação do delito, além das já mencionadas falhas de controle dos mecanismos sociais.

Ao longo da pesquisa observou-se que os indicadores de segurança pública assim como os indicadores sociais de Minas Gerais ainda carecem de melhor sistematização para que possam atender inteiramente os requisitos qualitativos e quantitativos necessários para novos estudos e pesquisas, além de ser instrumento para a criação e aprimoramento de políticas públicas adequadas para a diminuição das disparidades sociais e controle da criminalidade. Com esta monografia, buscou-se apresentar reflexão acerca da violência com enfoque na compreensão e análise dos fatores demográficos e socioeconômicos das condicionantes da criminalidade violenta de Minas Gerais, explicados do ponto de vista geográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marco Antônio S.. **Criminalidade violenta no estado de Minas Gerais em 2005: um modelo explicativo**. 2012. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 7 Nº 12 Jan-Jun 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Criminalidade-violenta-no-estado-de-Minas-Gerais-em-2005-para-pdf.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

AMARAL, Luiz Otávio de. **Violência e crime, sociedade e Estado**. Revista de informação legislativa, v. 34, n. 136, p. 181-189, out./dez. 1997.

BARCELLOS, Tanya M. de. **MIGRAÇÕES INTERNAS : OS CONCEITOS BÁSICOS FRENTE À REALIDADE E DA ÚLTIMA DÉCADA**. 1995. Ensaio FEE, Porto Alegre.

BATELLA, Wagner Barbosa. **Análise Espacial dos Condicionantes da Criminalidade Violenta no Estado de Minas Gerais – 2005: Contribuições da Geografia do Crime**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

BATELLA, W. B.; DINIZ, A. M. A. **Análise Espacial dos Condicionantes da Criminalidade Violenta no Estado de Minas Gerais / Spatial Analysis of Violent Crime Determinants in Minas Gerais State**. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 1, 2 ago. 2010.

BAUMAN. Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2009.

BEATO FILHO, C. C. **Determinantes da Criminalidade em Minas Gerais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, Vol.13, n.37, 1998. p.74 – 89.

BEATO FILHO, Cláudio C.; PEIXOTO, Betânia T.; ANDRADE, Mônica v. **Crime, Oportunidade e Vitimização**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, Vol.19, n.55, p.73-90, jun. 2004.

BEATO FILHO, Cláudio C.; REIS, Ilka A. **Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime**. In: HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Cap. 13, p.385-403.

BERQUÓ, E. S. **Fatores estáticos e dinâmicos: mortalidade e fecundidade**. In: SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSANYI, T. (Orgs.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991, p. 21-85. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlink Acesso em 27 nov. 2018.

BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia Júlia G.. **MINAS GERAIS: CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO, MIGRAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO**. 2002. Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <

<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/DESIGUALDADE%20DESENVOLVIMENTO>>. Acesso em: 10 março de 2018.

BRITO, Debora. **Aumento da renda dos mais pobres não garantiu redução da desigualdade social**. 2016. Economia Agência Brasil. Brasília- DF. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-11/aumento-da-renda-dos-mais-pobres-nao-garantiu-reducao-da-desigualdade>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

BRITO, Fausto. **Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil**. 2008. REVISTA. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan./jun. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v25n1/v25n1a02>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

BUORO, Andréa; Schilling, Flávia; Singer, Helena; Soares, Marina. **Violência Urbana: Dilemas e Desafios**. São Paulo: Atual Editora, 1999. 63 p.

CARMO, Roberto Luiz do; CAMARGO, Kelly C. M.. **TD 2415 - Dinâmica Demográfica Brasileira Recente: padrões regionais de diferenciação**. 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34317>. Acesso em: 20 abr. 2019.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. **Determinantes da Criminalidade: Arcabouços Teóricos e Resultados Empíricos**. 2004. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 2, 2004, pp. 233 a 269.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. **Violência: um problema global de saúde pública**. 2007. Iência & Saúde Coletiva, 11(Sup): 1163-1178. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

DINIZ, A. M. A. **Migração, Desorganização Social e Violência Urbana em Minas Gerais**. Revista Ra'Ega. Curitiba: n.9, 2005. p. 09 – 23.

ECKERT, C. **A cultura do medo e as tensões do viver a cidade: narrativa e trajetória de velhos moradores de Porto Alegre**. In: MINAYO, MCS. and COIMBRA JUNIOR, CEA., orgs. Antropologia, saúde e envelhecimento. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. pp. 73-102. ISBN: 978-85-7541-304-3.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP), INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Índice de desenvolvimento Humano dos Municípios Mineiros-IDHM**. 2013. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/minas-gerais> Acesso em 12 de maio de 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Fluxos migratórios dos territórios de desenvolvimento de Minas Gerais e grandes regiões do Brasil: 2010**. Diretoria de Estatística e Informações. – Belo Horizonte, 2018.

_____. **Migrações internas em Minas Gerais: décadas de 80 e 90.** Centro de Estatística e Informações, Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2001.

GOMES, Carlos Eduardo et al. **Determinantes do crime nos municípios de Minas Gerais e seus possíveis spillovers espaciais.** 2017. Economia-Ensaios, Uberlândia, 31 (2): 201-228, Jan./Jun. 2017. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/33813>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>> acesso em 05 de dezembro de 2018.

LIRA, Pablo; MONTEIRO, Latussa Laranja. **VIOLÊNCIA, URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA ANÁLISE ESPACIAL NOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS.** 2017. Acesso em: 22 abr. 2019.

MALTA, D. C. et al. **Mortalidade e anos de vida perdidos por violências interpessoais e autoprovocadas no Brasil e estados: análise das estimativas do Estudo Carga Global de Doença, 1990 e 2015.** Revista Brasileira de Epidemiologia, n. 20, p. 142-156, maio 2017.

MELO, Silas Nogueira de; MATIAS, Lindon Fonseca. **GEOGRAFIA DO CRIME E CRIMINOLOGIA AMBIENTAL: TEORIAS DA DESORGANIZAÇÃO SOCIAL E ATIVIDADE DE ROTINA.** 2015. Anais do XI Enanpege. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/2/38.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **DINÂMICA DEMOGRÁFICA E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL.** 2000. MNEME Revista de Humanidades ISSN 1518-3394 v.1 - n.1 - ago./set. de 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/42/33>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

NUNAN, Carolina; PEIXOTO, João. **CRISE ECONÔMICA E RETORNO DOS IMIGRANTES BRASILEIROS EM PORTUGAL.** 2012. Rev. Inter. Mob. Hum. Brasília, Ano XX, N° 38, p. 233-250, jan./jun. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/remhu/v20n38/a14v20n38.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

OMS, Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde** Genebra: OMS; 2002. Version of the Introduction to the World Report on Violence and Health (WHO): Geneve: WHO, 2002.

OMETTO, Ana Maria H.; FURTUOSO, Maria Cristina O.; SILVA, Marina Vieira da. **Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população.** 1995. Revista de Saúde Pública Print version ISSN 0034-8910 On-line version ISSN 1518-8787 Rev. Saúde Pública vol.29 no.5 São Paulo Oct. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101995000500011>>. Acesso em: 19 maio 2019.

PASTANA, Debora Regina. **CULTURA DO MEDO E DEMOCRACIA: UM PARADOXO BRASILEIRO**. 2005. Doutoranda pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, UNESP. REVISTA MEDIAÇÕES LONDRINA, V. 10, N. 2, P.183-198, JUL./DEZ.

PEDRAZZINI, Yves. **A Violência das cidades**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

PENA, Rodolfo Ferreira Alves; **Transição Demográfica**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/transicao-demografica.htm>>. Acesso em: 10 maio de 2018.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Os objetivos de desenvolvimento do milênio. 2014. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-desenvolvimento-humano.html>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

POCHMANN, Márcio. **Violência, pobreza, desemprego: o que acontece com nossas cidades?** Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/2018/04/violencia-pobreza-desemprego-o-que-acontece-com-nossas-cidades/>> Acesso em 17 abr. 2019.

_____. **Trabalho e Formação**. Educ. Real. Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 491-508, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n2/09.pdf>> Acesso em 10 abr. 2019.

SALVATO, M. A., Ferreira, P. C. G., & Duarte, A. J. M. **O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda**. Estudos Econômicos, São Paulo, 40(4), pp.753-791, 2010.

SANTOS, M. A. F. **CRIMINALIDADE VIOLENTA E CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG UBERLÂNDIA**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em:<<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15948/1/CriminalidadeViolentaContradicoes.pdf>>. Acesso em: 20 março de 2019.

SILVA, Catia Antonia da. **Trabalho como mediação entre a vida urbana e a vivenda**. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. VII, núm. 146(079), 2003.

VASCONCELOS, A. M. N.; GOMES, M. M. F. **Transição demográfica: a experiência brasileira**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v. 21, n. 4, p. 539-548, 2012.

VELHO, Gilberto. **Individualismo, anonimato e violência na metrópole**. 2000. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional – Brasil. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832000000100002>>. Acesso em: 19 novembro de 2018.

VERSIANI, F.; SUZIGAN, W. **O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral.** Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Economia, 1990. (Série Textos Didáticos, 10).

YUNES, João. **A dinâmica populacional dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.** Revista Saúde Pública vol.5 no.1 São Paulo. 1971. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101971000100015. Acesso em: 12 nov. 2018